



90 ANOS
DESDE 1932
EDIÇÃO 24.742



DIÁRIO DO
COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

www.diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, quarta-feira, 21 de dezembro de 2022

R\$ 2,50

AEB estima recorde no superávit da balança comercial brasileira em 2023

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) prevê um superávit recorde da balança comercial do País em 2023, estimado em US\$ 71,9 bilhões, resultado de um volume menor tanto de exportações quanto de importações, diante dos cenários econômicos adversos de Estados Unidos, Europa e da China. Dos principais produtos primários da pauta exportadora nacional, soja, minério e petróleo, apenas o insumo siderúrgico pode ser beneficiado com uma recuperação de preços. **Pág. 4**

Estado quer *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação no próximo ano

Minas Gerais já vacinou 22,2 milhões de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa, que corresponde a 88,6% do rebanho. A segunda etapa da campanha foi prorrogada até 30 de dezembro. O secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tales Fernandes, confirmou que o Estado encerrará o ano totalmente livre da doença, atingindo o patamar máximo de cobertura vacinal, e espera alcançar o reconhecimento internacional de *status* de área livre de aftosa sem vacinação no próximo ano. **Pág. 8**

Governo de Minas espera atrair aportes de R\$ 300 bi

Meta para os próximos quatro anos supera os investimentos de 2019 a 2022



O governador Romeu Zema mantém o otimismo sobre a realização do leilão do metrô de Belo Horizonte

A meta do governador Romeu Zema para os próximos quatro anos é atrair investimentos de R\$ 300 bilhões para Minas Gerais. No seu primeiro mandato, o Estado recebeu aportes superiores a R\$ 271 bilhões, com a geração de mais de 600 mil empregos. O Executivo planeja realizar grandes obras de infraestrutura, como a expansão do metrô de Belo Horizonte e o Rodão-anel, e implantar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Apesar das disputas judiciais e do pedido do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), para adiar o processo de privatização da CBTU Minas, Zema afirmou ontem, durante a apresentação do balanço do primeiro mandato, que está otimista sobre a realização amanhã do leilão do metrô.

Outro projeto prioritário é o Provias. A perspectiva é de R\$ 2 bilhões em investimentos diretos e 100 obras de pavimentação e recuperação da malha em todo o Estado. **Pág. 3**

Endividamento atinge 89,8% das pessoas em BH

Índice chega a 90,2% nas famílias com renda superior a dez salários mínimos, aponta pesquisa

Pág. 6

EDITORIAL

Quem circula em torno dos altos círculos do petismo percebe uma certa arrogância, que teria a ver com a volta por cima, mas não parece levar em conta as dificuldades que persistem.. O que nos falta em primeiro lugar, muito, muito antes de novos ministérios, é a clara definição da política de Estado, para onde vamos, o que queremos ser e em quanto tempo, com ações permanentes, acima de governos ou de partidos, serão afinal atingidos os objetivos fixados pela maioria. Não tem como ser diferente para o êxito, para o bom funcionamento das instituições públicas. E nunca mais a eterna repetição de erros que levam, como agora, a alianças por inteiro oportunistas e onde uma das moedas de troca vem a ser exatamente a distribuição de ministérios. “Mudar e não sair do lugar”, **pág. 2**

ARTIGOS

Págs. 2 e 3

Parabéns DC, pelos seus 90 anos

(Antônio Claret Nametala)

Raio X do Programa Empresa Pró-Ética

(Jefferson Kiyohara)

Sustentabilidade do rio São Francisco

(Benjamin Salles Duarte)



As vendas dos distribuidores nacionais de aço diminuíram 6,3% em novembro

Gerdau deverá reajustar o preço do aço em 12,5% na 1ª quinzena de janeiro

Aumentos nos preços do aço tendem a ser adotados pelas siderúrgicas no País, depois que a CSN anunciou um reajuste de 10% a partir de 1º de janeiro. O presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, adiantou que a Gerdau, maior produtora nacional, deve elevar o preço em torno de 12,5% na primeira quinzena de janeiro. Para 2023, a expectativa é que o setor registre crescimento de 2,5% a 3%. Os distribuidores fecharam novembro com a venda de 290,6 mil toneladas, um recuo de 6,3% frente a outubro. Já o volume de aços comprados somou 284 mil toneladas, volume 10,3% inferior ao do mês anterior. **Pág. 5**



A Drogaria Araujo já atende a 400 mil consumidores ao mês por meio eletrônico

Drogaria Araujo quer acelerar a transformação digital com uma parceria

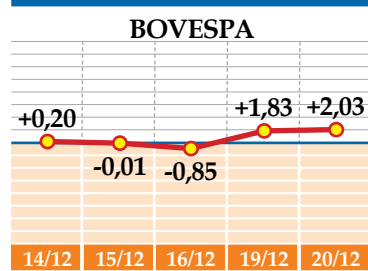
Para agilizar o processo de transformação digital, a Drogaria Araujo firmou uma parceria com a Meta, empresa de tecnologia e inovação, para atuar na revisão e reestruturação de estratégias. O projeto será iniciado na área digital, mas o plano é envolver toda a empresa. A maior rede de drogarias de Minas Gerais espera manter o crescimento do serviço eletrônico, que aumentou sete vezes nos últimos anos e já atende 400 mil clientes por mês. O diretor de Estratégia Digital e Cliente da Araujo, André Giffoni, afirma que o objetivo da parceria com a Meta é de gerar velocidade, sincronismo e autonomia entre as áreas da companhia. **Pág. 9**



Dólar - dia 20	
Comercial	
Compra: R\$ 5,2060	Venda: R\$ 5,2070
Turismo	
Compra: R\$ 5,3300	Venda: R\$ 5,4170
Ptax (BC)	
Compra: R\$ 5,2421	Venda: R\$ 5,2427

Euro - dia 20	
Compra: R\$ 5,5765 Venda: R\$ 5,5793	
Ouro - dia 20	
Nova York (onça-troy): US\$ 1.818,00	
BM&F (g): R\$ 305,84	

TR (dia 21):	0,0000%
Poupança (dia 21):	0,7455%
IPCA-IBGE (Novembro):...	0,41%
IPCA-Ipead (Novembro):...	0,26%
IGP-M (Novembro):	-0,56%





OPINIÃO

Parabéns DC, pelos seus 90 anos

*ANTÔNIO CLARET NAMETALA **

Em novembro, num megaevento do setor supermercadista, a entrega do Troféu Gente Nossa e as comemorações do Dia Nacional do Supermercado, tivemos a honra e a satisfação de homenagear o jornal DIÁRIO DO COMÉRCIO, o DC, pelos 90 anos de circulação. O presidente do Conselho Superior da Associação Mineira de Supermercados (Amis), Rono Neves, entregou à presidente e Diretora Editorial do jornal, Adriana Muls, o troféu na categoria “Instituição Destaque”.

A homenagem ao jornal, além de altamente merecida, é muito simbólica porque ela é concedida somente a grandes destaques, personalidades, governantes ou empresas que tenham relevante atuação e contribuição ao setor, requisitos perfeitamente preenchidos pelo jornal. Uma semana depois de homenageado pela Amis, o jornal recebeu também homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Reunião Especial de Plenário. A justificativa é por ser um veículo "forte apoiador junto ao empresariado regional e nacional na busca de um desenvolvimento econômico

sustentável, sempre comprometido com as boas práticas do mercado e com o povo brasileiro”.

É exatamente essa atuação que sempre pautou o trabalho do DC junto ao varejo supermercadista e o comércio em geral. O próprio nome, aliás, já remete a essa cobertura do segmento desde as suas origens. Na sua série de reportagens comemorativas publicada ao longo de 2022, retratando a atuação do veículo nos seus 90 anos, é possível ter um conhecimento ainda mais aprofundado do quanto o DIÁRIO DO COMÉRCIO esteve presente em todos os momentos de construção e crescimento da economia do Estado e do País.

A Amis foi criada em 1971. O DIÁRIO DO COMÉRCIO tem bem mais história, já que comemora seus 90 anos de circulação diária. Uma trajetória bem mais longa do que o próprio setor supermercadista, que teve suas primeiras lojas de autosserviço abertas nos anos 1950. O que quero dizer com isso é que desde o nascimento do varejo supermercadista no formato que conhecemos hoje, somos pautas frequentes do jornalismo do DC. Seja nos eventos da

Amis, campanhas do setor ou expansão dos investimentos, sempre há um repórter ou uma repórter deste grande jornal.

Como estilo jornalístico construtivo, que prima pela ética, responsabilidade e foco na economia mineira, o jornal DIÁRIO DO COMÉRCIO leva a seu leitor diariamente o que há de mais importante sobre o agro, economia, negócios e finanças. Para completar o prazer da leitura, há uma coluna especial sobre arte, literatura, cultura e entretenimento em Minas Gerais e no Brasil, o “DC Mais”, ou seja, nada que seja altamente relevante para o desenvolvimento econômico do Estado fica fora das páginas deste jornal. Portanto, em nome da Amis e de todo o setor supermercadista mineiro, não poderia deixar de registrar aqui esta mensagem de agradecimento e cumprimentos.

Parabéns, DC, pelos seus 90 anos de circulação.

** Psicólogo, Consultor; Especialista em Marketing e em Recursos Humanos; Presidente Executivo da Associação Mineira de Supermercados (Amis); e Diretor Presidente do Grupo Nonna Field Marketing*

Raio X do Programa Empresa Pró-Ética

JEFFERSON KIYOHARA *

Em dezembro de 2022, a CGU (Controladoria-Geral da União) disponibilizou o relatório sobre as avaliações do ciclo 2020-21 do Empresa Pró-Ética, importante iniciativa para incentivar as empresas no Brasil a adotarem Programas de Compliance efetivos. Enquanto na edição de 2015 foram apenas 97 companhias interessadas, a partir de 2017 já foram mais de 300. Em 2020-21 foram 327, das quais 195 foram avaliadas por atenderem todos os requisitos e 67 aprovadas e reconhecidas como “Empresa Pró-Ética”.

O crescimento do interesse pode ser notado pelo aumento de organizações que buscam participar do programa e obter o reconhecimento. Além do fato da edição 2020-21 ter sido a primeira que contou com a presença de estados como Tocantins, Maranhão e Rio Grande Norte, que tiveram um representante cada. Vale lembrar que há oportunidades, pois ainda existem federações que não debutaram nesta iniciativa, como Sergipe, Acre e Roraima.

O relatório demonstra a diversidade de setores e portes das empresas que aplicaram ao processo. Ainda é possível destacar que as companhias brasileiras são maioria entre as admitidas e aprovadas, quando comparamos com as multinacionais, o que sinaliza que temos bons exemplos de Compliance nos empreendimentos nacionais.

O documento da CGU ainda destaca que os blocos nos quais, de forma geral, as empresas apresentam maiores taxas de comprovação foram o **II – Políticas e Procedimentos**, com quase 80%, e **IV – Canais de denúncia e remediação**, com 73%. Esses dados ilustram que muitas companhias têm como ponto forte de seus Programas de Compliance o código de ética, as políticas e o canal de denúncias. Vale lembrar que a boa prática recomenda que esse canal seja independente e especializado, e que há a necessidade de cobrir todos os pilares para ter um Programa de Compliance efetivo.

Neste sentido, o relatório traz contribuições importantes ao apontar os principais pontos de melhoria por bloco. Um elemento-chave para o sucesso é a independência do trabalho do Compliance Officer. Contudo, apenas 27% das empresas possuem um líder com mandato fixo ou outros tipos de proteção contra retaliações indevidas. No mundo empresarial, sabemos a importância de adotar indicadores e estabelecer metas. Porém, apenas 23,5% das companhias traçam objetivos relativos a treinamentos, considerando os riscos do negócio. Além disso, somente 31,3% das empresas comprovaram a correlação do seu plano de capacitação com as ameaças identificadas.

Já é conhecido no mercado a importância da gestão de riscos dos negócios, incluindo os de Compliance. É fundamental mapear periodicamente quais são esses perigos

para uma companhia e promover planos de ação efetivos e realistas para mitigá-los. Apesar de não ser parte do Empresa Pró-Ética, o mesmo é válido para a pesquisa de cultura de integridade. Ambos são instrumentos de diagnóstico e precisam retroalimentar o processo, permitindo a evolução do Programa de Compliance.

Não é a rotina de capacitações que fará a diferença. Os treinamentos precisam ser efetivos para, de fato, fomentar a cultura ética organizacional e devem cobrir os temas de maior relevância e impacto da organização. Não adianta, pelo 3º ano consecutivo, aplicar uma iniciativa anticorrupção, se o risco de lavagem de dinheiro está exposto, e não ter nenhuma capacitação associada para mitigar um risco conhecido, por exemplo.

Chama a atenção também que 100% das empresas possuem o código de ética, indicando o interesse em ter regras claras, mas apenas 39,1% delas apresentaram documentos comprovando a aplicação de políticas e procedimentos. Também são baixos os percentuais de companhias que recomendam aos seus parceiros de negócios a adoção de Programas de Compliance, e que favoreçam a contratação de terceiros que tenham tais ações. Influenciar a sua cadeia de fornecimento é fundamental, pois com atitudes coletivas o combate à corrupção e ilícitos se fortalece.

Apesar das iniciativas de treinamento e comunicação se fazerem presentes, cerca de 40% delas não possuem um plano formal de comunicação estratificando por público-alvo. Apenas 30% aplicam avaliações de retenção de conhecimento. Outro destaque negativo é que mais da metade das empresas não conferem pleno acesso a documentos e sistemas para os responsáveis pela apuração de denúncias. É fundamental que a equipe de investigação tenha os conhecimentos técnicos necessários, bem como fácil acesso aos dados e evidências essenciais.

Por fim, vale colocar os holofotes no fato de que apenas 27% das organizações submetem o seu programa a um processo independente de avaliação externa. Um olhar autônomo permite uma análise isenta da maturidade do Programa, bem como ajuda a identificar potenciais pontos de melhoria, colaborando para a melhoria contínua do Programa de Compliance. Há passos importantes a serem dados e o relatório da CGU traz importantes contribuições aos Compliance Officers do Brasil.

** Diretor de Compliance, Sustentabilidade e ESG da Protiviti, empresa especializada em soluções para gestão de riscos, compliance, ESG, auditoria interna, investigação, proteção e privacidade de dados*

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.		Telefones	COMERCIAL	REPRESENTANTES
Av. Américo Vespúcio, 1.660		Geral: 3469-2000	comercial@diariodocomercio.com.br	São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar CEP 04089-001 (11) 2178.8700
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456		Administração: 3469-2002	Diretor de Mercado	Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408 CEP 20010-010 (21) 3852.1588
REDAÇÃO		Redação: 3469-2040	José Luiz S. M. Borel jose.luiz@diariodocomercio.com.br	Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617 CEP 70712-904 (61) 3327.0170
Editora-Executiva		Comercial: 3469-2060	Gerente Industrial	Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02 CEP 50750-280 (81) 3446.5832
Luciana Montes		Circulação: 3469-2071	Manoel Evandro do Carmo industrial@diariodocomercio.com.br	Curitiba - Rua Antônio Costa, 529 CEP 80820-020 (41) 3339.6142
Editores		Industrial: 3469-2085	Assinatura	Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401 CEP 90150-02 (51) 3231.5222
Alexandre Horácio	Rafael Tomaz		Semestral:	Preço do exemplar avulso
Clério Fernandes	Cláudia Duarte		Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 296,00	Exemplar avulso R\$ 2,50
pauta@diariodocomercio.com.br			Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento	Exemplar avulso atrasado R\$ 3,50
			Anual:	Exemplar para outros estados R\$ 3,50*
Filiado à			Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 557,00	
			Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento	
			Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br	



Sustentabilidade do rio São Francisco

BENJAMIN SALLES DUARTE *

Não ocorre um evento simples nos amplos domínios dos recursos naturais em decorrência da sinergia que determina as relações entre o clima, relevos geográficos, fauna, flora, seres humanos, agropecuária, cidade e campo, processos antrópicos, dilapidação da natureza, preservação e conservação, pois, desde a formação do planeta Terra, há 4,5 bilhões de anos, que persiste um processo constante de mudanças e adaptações e sejam elas quais forem e ao longo de milênios. As “**Eras Geológicas**” são emblemáticas, poderosas e pesquisáveis! Embora não tenhamos forças suficientes para impedir determinados eventos milenares da natureza, como tremores de terra, movimentos das placas tectônicas, erupções vulcânicas, tsunamis, furacões, tempestades, vendavais, enchentes épicas, entre outros, mesmo assim, **onde** e **como** intervir tecnicamente para reduzir os impactos ambientais e cujos resultados esperados sejam multiplicadores nas respectivas bacias hidrográficas numa ação multidisciplinar, associativa e tecnológica?

Nesta abordagem não se deve subestimar nenhum outro rio dessas Minas Gerais, e de outros estados, igualmente estratégicos à oferta de água para múltiplos usos e atendimentos às diversas necessidades.

Foge à realidade presumir que haverá **dinheiro** suficiente para recuperar tudo o que foi dilapidado ao longo de séculos. Além disso, essa conta internacional não tem tamanho e podendo exigir bilhões e bilhões de dólares num considerável horizonte de tempo nesse planeta mutante, entretanto, as políticas públicas também têm outras **demandas** socioeconômicas de envergadura e exigindo substantivos recursos econômicos, tecnológicos e gestão para resultados.

As múltiplas intervenções humanas recorrentes na bacia geográfica do rio São Francisco não se restringem apenas à agropecuária, mas envolvem as atividades de outros setores da socioeconomia no seu trajeto.

e direta em quatro outros estados (IBGE/ANA/Google). Assim, nessas poucas pinceladas, consolida-se a posição estratégica e indispensável do São Francisco em qualquer plano de preservação e conservação ambiental, com recursos financeiros nacional e internacionais! No mundo, estimam-se as **perdas** de solos agrícolas em 75 bilhões de toneladas anuais (FAO); Brasil, 1,18 bilhão de toneladas.

O solo é um trabalho paciente da natureza sobre a rocha-matriz que lhe dá origem e, dependendo dos fatores que atuam sobre ela, poderá levar até **400** anos para formar 1 centímetro de solo, que é também um fator sinérgico. Sem descartar a adoção de outras boas práticas nos diferentes cenários rurais mineiros, e fora do Estado, esse rio da “**Integração Nacional**” requer minimamente um programa de conservação do **solo** e da água, onde for essencial e fizer a diferença, e alinhado aos recursos naturais, finitos!

Em Minas Gerais, seus afluentes principais são os rios Paraopeba, Verde Grande, das Velhas, Abaeté, Carinhanha, Corrente, Pajeú, Jequitaiá, Salitre, Paracatu, Pará e Urucuia; são **168** afluentes ao longo de seu percurso até verter suas águas no Oceano Atlântico.

As múltiplas intervenções humanas recorrentes na bacia geográfica do rio São Francisco não se restringem apenas à agropecuária, mas envolvem as atividades de outros setores da socioeconomia no seu trajeto.

No campo, a questão ambiental passa também pelo **bolso** dos produtores ao adotarem práticas sustentáveis; quem planta e cria deverá receber por serviços ambientais prestados à sociedade. Essa é a lógica!

Vale registrar que a proposta da transposição do rio São Francisco data de **1847**, ou 175 anos atrás, quando foi sugerida ao Imperador Dom Pedro II pelo engenheiro Marcos de Macedo, que havia sido também presidente da Província do Piauí. Nem tudo é novo, mas inovador.

*Engenheiro agrônomo



Balanco dos quatro anos de governo aconteceu ontem no Palácio da Liberdade e reuniu secretariado e vice-governador eleito

BALANÇO DE GOVERNO

Meta dos próximos 4 anos é atrair R\$ 300 bilhões

No primeiro mandato, foram mais de R\$ 271 bilhões e mais de 600 mil empregos

MICHELLE VALVERDE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, durante apresentação de balanço das ações do primeiro mandato ontem (20), ressaltou que o Estado superou os momentos mais difíceis e está organizado para avançar. Nos próximos quatro anos, Zema pretende manter a atração de investimentos em alta. Neste primeiro mandato, foram mais de R\$ 271 bilhões atraídos e mais de 600 mil postos de trabalho gerados. Para os próximos quatro anos, a meta é atrair mais R\$ 300 bilhões.

O governo do Estado pretende ainda realizar importantes obras de infraestrutura, como a expansão do metrô de Belo Horizonte e o Rodoanel, e implantar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A desestatização de empresas estaduais também deve avançar. “Apesar de não termos avançado em tudo aquilo que nós gostaríamos, posso dizer que conseguimos avanços expressivos. Sabemos que subimos apenas os primeiros degraus de muitos mas, pelo menos, paramos de descer ou de ficarmos estagnados. Há quatro anos, a situação de Minas era muito muito mais grave do que a atual”.

De acordo com o governador, com a reorganização do Estado e as medidas adotadas como a desburocratização de processos, por exemplo, foi possível atrair para Minas diversas empresas que irão investir mais de R\$ 271 bilhões. Nos últimos quatro anos, Zema também destacou a criação de mais de 600 mil postos de trabalho e a

retomada do pagamento do funcionalismo em dia.

“Somente na atração de empresas, temos um número superior a R\$ 270 bilhões. Então é provável que nós venhamos fechar este ciclo de quatro anos com o número praticamente dez vezes superior ao do governo passado. Enquanto ele destruiu - de acordo com o Caged do Ministério do Trabalho - mais de 200 mil empregos, nós, até outubro deste ano, de acordo com o mesmo indicador, criamos mais de 621 mil empregos formais”.

Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é considerado essencial para organização das finanças e avanço do Estado, de acordo com vice-governador eleito. Mateus Simões

Outro ponto ressaltado foi o planejamento para execução de importantes projetos de infraestrutura. Ao todo, são três grandes projetos elencados como essenciais. Um deles é o do Rodoanel, que é a maior obra de infraestrutura do Estado e já teve a licitação homologada. Com a obra, espera-se que seja retirado do Anel Rodoviário de BH o tráfego de caminhões, reduzindo cerca de mil acidentes por ano e melhorando a fluidez do tráfego na capital mineira.

Metrô - Já o leilão do metrô de Belo Horizonte, que está marcado para esta quinta-feira (22), segundo o governador, permitirá a

revitalização da Linha 1 e a construção da Linha 2, o que beneficiará pelo menos 270 mil pessoas diariamente. “Nosso futuro, pelo menos em Minas, posso dizer que é de muita esperança e de realizações. Só depende de nós. Vamos ter duas grandes obras em Belo Horizonte que vão mudar por completo o cenário aqui da Capital, o Rodoanel que foi fruto e é possível devido ao acordo da tragédia de Brumadinho e também a obra do metrô”.

Apesar das disputas judiciais e do pedido do vice-presidente eleito, Geraldo Alck-

obras rodoviárias da última década no Estado. São R\$ 2 bilhões em investimentos diretos e cem obras de pavimentação e recuperação de rodovias espalhadas por todo Estado.

“Até o ano passado, não tínhamos recursos para pagar a folha em dia, o que dizer para fazermos investimentos. Mas, em 2022, recuperamos com asfalto novo 2 mil quilômetros de rodovia. Tudo isso - recuperação de rodovias, reformas de estradas, de escolas, de delegacias, polícia mais bem equipada, entre outros investimentos - vai continuar e está acontecendo nesse momento. Nos próximos quatro anos, nós teremos muito mais realizações do que tivemos nesse primeiro ciclo”.

Em 2023 - Durante a apresentação dos resultados, o vice-governador eleito, Mateus Simões (novo), ressaltou que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é considerado essencial para a organização das finanças e avanço do Estado.

A implementação vai reequilibrar as contas públicas e dar início ao processo de equacionamento da dívida com a União, que já é superior a R\$ 147 bilhões. “Para o próximo ano, vamos avançar na adesão do Plano de Recuperação Fiscal. O STF já nos garantiu a adesão efetiva, com decreto já publicado. Agora, nós vamos implementá-lo ao longo dos próximos anos para garantir que o terror das contas públicas não volte a assombrar o Estado nas próximas décadas”, disse Simões.

Desestatização de empresas é uma das prioridades

Outro plano que deve avançar nos próximos anos é o de desestatização de empresas como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

O secretário de Estado de Governo de Minas Gerais, Igor Eto, disse que como já

defendido pelo governador Romeu Zema, a desestatização será uma das prioridades. “A desestatização é o caminho que nós iremos perseguir do ponto de vista das empresas estatais. Essa não é uma questão ideológica simplesmente, é uma questão prática. Nós precisamos que as nossas companhias possam, cada vez mais, destravar o investimento em Minas Gerais,

melhorando a sua prestação de serviços. O foco não deveria estar nas empresas, mas sim no tomador de serviço, sejam as grandes empresas ou os cidadãos comuns. Precisamos, acima de tudo, melhorar a prestação de serviço das empresas de infraestrutura do nosso Estado e a forma que nós hoje avaliamos ser a melhor forma é o formato de desestatização”, reitera.

Ainda segundo Eto, para que os projetos avancem, o governo pretende dialogar com a Assembleia Legislativa: “Estas pautas, com muito diálogo, com muita paciência, com muita sabedoria serão levadas à Assembleia e discutidas com cada um dos 77 deputados estaduais legitimamente eleitos. Nós queremos discutir e mostrar a eles a solução que nós temos”. (MV)



BALANÇA COMERCIAL

País pode ter superávit recorde em 2023

Previsão é da Associação de Comércio Exterior do Brasil; da pauta, minério é único que esboça reação nos preços

MARA BIANCHETTI

A balança comercial brasileira pode ter um superávit recorde em 2023, segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O resultado positivo de US\$ 71,9 bilhões poderá ser provocado por um menor volume tanto de exportações quanto de importações. As estimativas da entidade também dão conta de uma continuidade da dependência do comércio exterior brasileiro por commodities agrícolas e minerais e da consequente exposição a uma maior volatilidade de preços. Dos principais produtos primários da pauta exportadora do País, soja, minério

Projeção é de um resultado positivo de US\$ 71,9 bilhões no ano que vem, que poderá ser provocado por menor volume tanto de exportações quanto de importações

e petróleo, apenas o insumo siderúrgico tem esboçado alguma reação nos preços para o ano que vem. E, ainda assim, diante do menor crescimento chinês, não é garantido que vá se materializar. É o que explica o presidente da AEB, José Augusto de Castro.

Por isso, segundo ele, o Brasil precisa continuar insistindo em aprovar as reformas estruturantes, o que chamou de condição básica para um impacto positivo no chamado custo Brasil e gerar maior competitividade nas exportações de produtos manufaturados. “O Brasil é um grande fornecedor de *commodity* e a demanda global está se retraindo, com os cenários econômicos adversos de Estados Unidos, Europa e da própria China. Precisamos, mais do que nunca, aprovar as reformas. Esta é a única forma de nos livrarmos dessa dependência”, avalia.

Manufaturados perdem espaço-Dados da AEB indicam que

os produtos manufaturados representarão, em 2022, apenas 28% da pauta de exportação do País, quando em 2000 respondiam por 59%. A importância de aprovação dessas reformas também pode ser medida pelo recorde negativo de US\$ 125 bilhões previsto para a balança comercial de manufaturados neste exercício. “Isso é resultado da falta de competitividade dos produtos brasileiros, e que custa ao Brasil cerca de 4 milhões de empregos qualificados”, completa.

As estimativas da associação ainda dão conta de que as exportações brasileiras deverão somar US\$ 325,162 bilhões no próximo ano. Caso o resultado se confirme, representará queda de 2,3% em relação aos US\$ 332,825 bilhões esperados para 2022.

Já as importações estão previstas em US\$ 253,229 bilhões para 2023, queda de 6,2% em relação aos US\$ 269,900 bilhões estimados para este exercício. Assim, o superávit comercial chegaria ao recorde de US\$ 71,933 bilhões, aumento de 14,3% em relação aos US\$ 62,925 bilhões previstos para 2022.

“Mas isso não é bom para a economia, não gera atividade econômica”, diz Castro. Isso porque representa, na verdade, uma diminuição do comércio exterior brasileiro e é consequência das quedas das exportações e das importações. Sendo o resultado das compras junto a outros países maior que o das vendas.

Desaceleração-Sobre os fatores que levarão a esse cenário, o dirigente cita a desaceleração da economia mundial no ano que se aproxima. “China crescendo menos, EUA e Europa elevando a taxa de juros, a guerra entre Rússia e Ucrânia ainda gerando incertezas. Para o Brasil, isso é ruim porque ainda somos muito dependentes da venda de nossas commodities, e com um cenário como esse não deve haver valorização nos preços dos produtos”, explica.

Especificamente sobre Minas Gerais, ele afirma que



REUTERS / RODOLFO BUHRER

Dos principais produtos primários da pauta exportadora, somente minério de ferro está tendo algumas reações de preços

não será muito diferente da média do País. A única ressalva diz respeito ao líder da pauta mineira, o minério, por estar esboçando alguma recuperação nos preços.

Sobre 2022, a entidade reforça as projeções revisadas no fim de julho para US\$ 319,471 bilhões nas exportações, US\$ 265,345 bilhões nas importa-

ções e US\$ 54,126 bilhões no superávit.

O último balanço divulgado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia mostrou que, apenas em novembro, o comércio exterior brasileiro registrou superávit de US\$ 6,675 bilhões. E no acumulado de 2022 até o mês passado, as exportações

totalizam US\$ 308,82 bilhões e as importações, US\$ 250,795 bilhões, com saldo positivo de US\$ 58,025 bilhões.

Cenário mineiro-Em Minas, o superávit do comércio exterior encerrou os 11 meses em US\$ 20,8 bilhões, contra US\$ 23,8 bilhões em igual período de 2021 - queda de 11,8%.

As exportações mineiras movimentaram US\$ 37,093 bilhões de janeiro a novembro. O montante ficou 5% maior que os US\$ 35,3 bilhões apurados na mesma época de 2021. Já as importações feitas por Minas Gerais somaram US\$ 16,2 bilhões, superando em 38,2% o valor registrado no mesmo período um ano antes.

PMI

Cemig SIM vai expandir fazendas solares

DIVULGAÇÃO



Empresa do Grupo Cemig reabriu PMI para locação de novas áreas para implantar UFVs

físicas ou jurídicas. O aluguel será pelo prazo de 25 anos em terrenos na área de concessão da Cemig Distribuidora, conforme a Lei 14.300/2022, a

qual dispõe sob a modalidade de Geração Compartilhada.

Preferencialmente, os terrenos devem estar a uma distância de até 5km do raio de

localização de uma subestação da Cemig mais próxima, além de possuírem área disponível acima de cinco hectares. Não serão aceitos lotes em áreas de preservação ou que tenham passivos ambientais.

“O PMI está em consonância com os objetivos de crescimento da Cemig SIM. Há pouco, foi lançada licitação robusta para construção de 23 UFVs e agora alocaremos novos recursos para expandir a oferta de geração de energia em Minas. Temos uma meta clara de ampliar nossa presença no mercado regional e, para isso, lançamos mão de estratégias em frentes distintas de *greenfield* e *brownfield*”, destaca o presidente da Cemig SIM, Danilo Gusmão.

Para o diretor de Novos Negócios da companhia, João Paulo Campos, o mercado avança e exige celeridade de ações. “É preciso uma estrutura corporativa consistente para crescer e a Cemig SIM tem este diferencial. Somos parte de uma das maiores empresas do setor energético da América Latina, o que nos permite planejar e executar de forma abrangente e eficaz. Iniciaremos 2023 com novos ativos e seguiremos atentos às oportunidades para dar continuidade à nossa expansão no varejo de energia”, ressalta.

COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA - COSSISA CNPJ nº 16.942.195/0001-29 - NIRE nº 3130003385-6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Ilmos. Senhores Sócios e Administradores da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia Sete Lagoas - MG	
Opinião Adversa - Examinamos as demonstrações contábeis da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	
Em nossa opinião, devido à importância do assunto discutido no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia , em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
Base para Opinião Adversa - O ativo imobilizado encontra-se reconhecido pelo valor de custo acrescido de aquisições e baixas de ativo. Não foi apresentada a avaliação da vida útil e dos critérios de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado. Além disso, não existe controle individualizado dos bens do Ativo Imobilizado. Não foram realizados inventários físicos periódicos e não existe Controle Interno para a gestão desses Ativos Imobilizados.	
A Cossisa apresenta nas demonstrações contábeis no grupamento do Ativo não Circulante, ativo diferido referente a gastos pré-operacionais dos fornos e da aciaria no montante de R\$ 3.730.201,66. Ressaltamos que conforme as Normas e Contabilidade em qualquer circunstância, se houver dúvidas quanto à recuperação das despesas diferidas com lucros de períodos futuros, ou quanto à continuidade da entidade em regime operacional, os montantes ativados deverão ser imediatamente amortizados na sua totalidade. Portanto, não poderão diferir-se aqueles itens vinculados a projetos abandonados e que, consequentemente, não produzirão receitas, nem tampouco os itens ligados a projetos de viabilidade duvidosa. A Cossisa apresenta nas demonstrações contábeis no grupamento do Passivo Circulante, parcelamentos tributários junto à Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 6.061.448,07. Esses possuem prazos de até 60 meses para liquidação. Não foram apresentados o reconhecimento dos juros a vencer (ajuste a valor presente), bem como deveria haver a segregação desses parcelamentos no grupamento do Passivo não Circulante, relativo às parcelas a vencer a partir de janeiro de 2020, conforme rege as Normas Brasileiras de Contabilidade.	
A Cossisa apresenta ainda rubrica contemplada no Passivo não Circulante relativas às operações com empresas Offshore no montante de R\$ 12.799.519,28 para triangulação de operação de exportação de ferro gusa em 2008. Não foram apresentados documentação suporte para essa operação, além disso inexistiu controle das datas de origem. Os valores não estão apresentados conforme determina a NBC TG 02 (item 42(b) e 43 efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Não existe mais a conta de resultado de exercícios futuro. A Lei 11.941/2009 modificou a composição dos grupos patrimoniais, e estabeleceu que o passivo será composto pelo Passivo Circulante, Passivo não-circulante e Patrimônio Líquido, não citando o resultado dos exercícios futuros. Portanto, este subgrupo deixou de existir. O saldo existente no resultado de exercício futuro em 31 de dezembro de 2008 deveria ser reclassificado para o Passivo não-circulante em conta representativa de receita diferida. O registro do saldo deverá evidenciar a receita diferida e o respectivo custo diferido.	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.	
Ênfase - Em 13 de dezembro de 2021, emitimos relatório de auditoria com opinião modificada sobre as demonstrações contábeis da Companhia Setelagoana de Siderurgia - COSSISA , que ora estão sendo representadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, essas demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo, e Demonstração do Resultado do Exercício não sendo representadas para refletir o assunto, mudança de política contábil e estimativa descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, <i>nossa opinião continua sendo a mesma emitida anteriormente, ou seja, sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.</i>	
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Cossisa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não é prática da administração a elaboração desse relatório e nada temos a comentar.	
Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis - A Administração da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia , continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia , são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia . • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cossisa - Companhia Setelagoana de Siderurgia , a não mais se manter em continuidade operacional.	
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
Belo Horizonte/MG, 20 de julho de 2022.	
R&R AUDITORIA E CONSULTORIA - CRC/MG nº 5.198-02 - CVM 8460. Régis Monteiro Ferreira - CONTADOR CRCMG nº 67.409	

SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS			
CNPJ 17.212.085/0001-74			
Receitas	900.000,00	Condominio	15.000,00
Contribuição Sindical	5.000,00	Correios	10.000,00
Contribuição Colaborativa	100.000,00	Materiais de Limpeza	8.000,00
Anuidade	120.000,00	Materiais de Expediente	8.000,00
Convênios	110.000,00	Serviços Prestados Pessoa Juridica	120.000,00
Financieras	250.000,00	Informática e Internet	32.000,00
Aluguel - Sede	300.000,00	Jornais e Revistas	7.000,00
Outras Receitas	15.000,00	Lanches e Refeições	7.000,00
Despesas	900.000,00	Viagens	2.000,00
Despesas com pessoal	450.000,00	Brindes e Eventos	5.000,00
Salários, Férias, 13º Salário	220.000,00	Outras	10.000,00
Encargos Sociais	110.000,00	Despesas com associados	12.000,00
Indenizações Trabalhistas	40.000,00	Convênio Assistência Médica	12.000,00
Vale Refeição	40.000,00	Despesas Tributárias	77.000,00
Vale Transporte	4.000,00	Cofins	20.000,00
Plano de Saúde	30.000,00	Pis s/ folha	7.000,00
Seguro	2.000,00	IPU	50.000,00
Outros	10.000,00	Despesas Financeiras	56.000,00
Despesas Administrativas	299.000,00	Despesas Bancárias	55.000,00
Água, Energia e Telefone	15.000,00	Multas e Juros	1.000,00
Aluguel	60.000,00		
Belo Horizonte, 01 de Dezembro de 2022. Álvaro Alves Nunes Fernandes – Presidente			

SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. CNPJ/MF Nº. 19.604.353/0001-29 - NIRE Nº. 31.300.106.713 - COMPANHIA FECHADA	
CARTA DE RENÚNCIA Confins/MG, 12 de dezembro de 2022. À SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Aeroporto Internacional Tancredo Neves, S/N, Prédio da Administração, Mezanino, Sala B13, bairro Aeroporto, Confins/MG, CEP 33.500-900. Ref: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia . Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR , norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº. W616562-V/DIREXEX e inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha RENÚNCIA , em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia , para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2022 às 09h30, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR . Cliente em: 12/12/2022. SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. - Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente. JUCEMG nº 9806946 em 15/12/2022 e Protocolo 226991792 em 14/12/2022. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.	

SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. CNPJ/MF Nº. 19.604.353/0001-29 - NIRE Nº. 31.300.106.713 - COMPANHIA FECHADA	
CARTA DE RENÚNCIA Confins/MG, 12 de dezembro de 2022. À SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Aeroporto Internacional Tancredo Neves, S/N, Prédio da Administração, Mezanino, Sala B13, bairro Aeroporto, Confins/MG, CEP 33.500-900. Ref: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia . Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES , português, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. V548366/DIREXEX e inscrito no CPF/MF sob o nº. 233.238.528-26, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha renúncia , em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia , para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2022 às 09h30, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES . Cliente em: 12/12/2022. SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A. Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente. JUCEMG nº 9809557 em 16/12/2022 e Protocolo 226992250 em 15/12/2022. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.	

SIDERURGIA

Usinas brasileiras devem reajustar o aço em janeiro

Companhias do setor podem seguir o movimento iniciado pela CSN

THYAGO HENRIQUE

Após a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciar na última semana que elevará os preços do aço no Brasil em 10% a partir do dia 1º de janeiro, outras companhias devem seguir o mesmo movimento de reajuste. A informação foi repassada ontem pelo presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, durante coletiva de apresentação de resultados do setor.

Segundo o executivo, a Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, deve ser uma das siderúrgicas a elevar o preço do produto. “Tivemos a informação de um associado que a Gerdau deve aumentar o preço na primeira quinzena de janeiro em torno de 12,5%”, disse.

“Mas não é oficial. A usina em si ainda não nos informou nada”, ressalta. Procurada pela reportagem, a companhia nega a informação.

Conforme Loureiro, os reajustes, na realidade, “não seriam um aumento de preço, mas mais uma redução de descontos concedidos ao longo do segundo semestre deste ano”. De acordo com ele, desde janeiro os preços de aços planos vendidos pelas usinas no País recuaram mais de 40%, sendo assim, há um movimento de diminuição dos descontos do começo do ano.

No mercado internacional, os preços da liga também apresentaram elevação nas últimas semanas, principalmente, em virtude de um reaquecimento do mercado chinês, maior consumidor de aço do mundo. Segundo

o presidente do Inda, essa perspectiva de melhora no país asiático pode estimular um aumento nos valores para 2023.

Ainda em relação ao ano

“Tivemos a informação de um associado que a Gerdau deve aumentar o preço na primeira quinzena de janeiro em torno de 12,5%”

que vem, Loureiro afirma que a expectativa é que o setor cresça entre 2,5% a 3%, na medida em que a economia brasileira aumente cerca de 1%, como previsto. O per-

tual é inferior ao crescimento esperado para este ano, que, segundo ele, deve ser de 3% a 3,5% em vendas, e um pouco superior em compras.

Resultados - O presidente do Inda detalhou na apresentação os dados de novembro do mercado brasileiro de distribuição de aços planos. Os distribuidores encerraram o mês com a venda de 290,6 mil toneladas, um recuo de 6,3% ao apurado em outubro (310 mil toneladas). Já o volume de aços comprados pelo setor somou 284 mil toneladas, 10,3% inferior ao do mês imediatamente anterior (316,5 mil toneladas).

Entre janeiro e novembro de 2022, as vendas cresceram 4,4% ao totalizarem 3.473,9 milhões de toneladas. Neste mesmo intervalo de 2021,



Vendas de aços planos na rede de distribuição aumentaram 4,4%

o volume foi de 3.328,8 milhões de toneladas. Quanto às compras de aço realizadas pelos distribuidores, houve uma leve alta de 0,3%. No total, foram 3.491,0 milhões de toneladas adquiridas no acumulado deste ano, contra 3.480,2 no exercício passado. No mês passado, os estoques atingiram o montante de 831,3 mil toneladas e reduziram 0,8% frente ao mês anterior (837,9 mil toneladas). O giro dos estoques fechou em 2,9 meses. O total de aços importados pelos distribuidores somaram 156,7 mil toneladas e registrou quedas de 12% em relação a outubro (177,9

mil toneladas) e 35,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior (241,5 mil toneladas). Os embarques totalizaram 655,2 mil toneladas.

Para dezembro, mês tradicionalmente fraco para o setor, a projeção é ainda mais pessimista. Um dos motivos citados é o impacto da realização da Copa do Mundo e a sazonalidade ambiental. “O mês está muito ruim, por conta da Copa do Mundo e da sazonalidade, bem como a pouca estabilidade no mercado. Então estamos projetando uma queda de 20%”, salienta Loureiro.

GREVE

Paralisação dos aeronautas resulta em atrasos de voos

Rio - Pilotos e comissários de voo entraram ontem no segundo dia de greve da categoria. Entre 6h e 8h as operações voltaram a ficar suspensas nos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Fortaleza.

De acordo com a Infraero, o Aeroporto Santos Dumont, na região central do Rio de Janeiro, registrou 11 atrasos e cinco cancelamentos de voos. Embora o funcionamento esteja sendo normalizado ao longo da manhã, há filas nos balcões das companhias aéreas para acomodar os passageiros em outros voos, uma vez que alguns precisam fazer conexões para outros aeroportos incluídos na suspensão de duas horas nas atividades.

Já no RioGaleão - Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, zona norte da capital fluminense, não houve atrasos e nem cancelamentos por causa da greve dos aeronautas, segundo a assessoria de imprensa.

No BH Airport, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, as operações funcionaram normalmente na manhã de

terça-feira. Segundo a assessoria da concessionária, lá também não houve cancelamentos em função do movimento da categoria, mas foram registrados dois atrasos de chegada ao aeroporto. Um deles foi o voo Gol 2051 (Santos Dumont) e o outro foi o Gol 1303 (Congonhas).

Para o diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Leonardo Souza, a adesão hoje foi maior neste segundo dia. “Hoje foi um pouco maior a adesão do que ontem. O que a gente tem de notícia é que segue mais forte e o impacto nos voos hoje foi maior em nível nacional”, disse à Agência Brasil.

Além do reajuste pelo INPC, os aeronautas reivindicam aumento real de 5% nos salários e melhores condições de trabalho, incluindo o respeito das folgas programadas que, na avaliação da categoria, não estão sendo cumpridas.

O diretor acrescentou que a greve permanece por tempo indeterminado e com suspensão diária das atividades entre 6h e 8h. O comissário disse que as negociações com as empresas não avançaram e continua a rejeição à proposta apresentada no fim de semana

pelo sindicato patronal de ganho real de 0,5% e de venda das folgas.

“Nós queremos trabalhar, mas é importante que a opinião pública entenda que esse movimento não é só por uma questão salarial. Claro que precisamos, sim, estamos pedindo o índice do INPC mais 5% devido às perdas salariais dos últimos dois, três anos, quando tivemos reduções salariais durante o período de pandemia, mas tem a questão de que a gente vem pedindo algumas condições básicas, como por exemplo, que as empresas cumpram as escalas de folgas planejadas. Estamos com jornadas exaustivas”, disse.

A ministra Maria Cristina Peduzzi, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), determinou na sexta-feira passada (16), que a categoria deve garantir a manutenção de 90% dos aeronautas em serviço enquanto permanecer a greve. A decisão foi proferida em tutela cautelar antecedente ajuizada pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea) contra o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA).

Infraero - Em nota publicada

no seu *site*, a Infraero informou na segunda-feira (19) que “está monitorando o movimento nos seus terminais e, caso necessário, adotará as medidas contingenciais previstas no Plano de Segurança Aeroportuário”, assegurou, destacando ainda que orienta aos passageiros procurarem informações sobre seus voos antes de se dirigirem aos aeroportos.

Snea - O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea) informou que acom-

panha a greve nos aeroportos e que as companhias aéreas “trabalharam e continuarão a trabalhar intensamente para minimizar quaisquer impactos aos seus clientes seguindo o previsto na Resolução nº 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)”.

A nota informa ainda que é importante reforçar que a proposta apresentada pelo TST no fim de semana foi aceita pelas empresas, mas rejeitada pelos aeronautas. “Diante disso e para proteção

dos clientes, a decisão atual do TST é que 90% das operações sejam mantidas durante o período da greve e que sejam informados pela ANAC os efeitos decorrentes da paralisação. O TST também determinou que não serão tolerados descumprimentos da decisão judicial e, inclusive, advertiu sobre a possibilidade de responsabilização civil e criminal por atos praticados ao longo da greve. A multa pelo descumprimento é de R\$ 200 mil”, completou o Snea. (ABr)

Metroviários não aceitam proposta

DIONE AS.

Com objetivo de atender à população da capital mineira que depende do metrô para trabalhar ou ir às compras de Natal, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Minas Gerais (CBTU-MG) recebeu os metroviários ontem. No entanto, o encontro gerou um clima de embate entre as partes.

Em assembleia, o Sindicato dos Empregados em

Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais (Sindimetro-MG) não aceitou a escala proposta pela CBTU-MG. A sugestão de retorno às atividades pedia a contemplação dos horários de pico.

No entanto, a paralisação se manterá em 100% até a próxima quinta-feira (22), data do leilão da CBTU-MG, que será realizado às 10h na B3 na capital paulista.

Nova assembleia - Diante

da situação, o Sindimetro marcou uma nova assembleia nesta quinta-feira, às 14h. Em nota, a CBTU-MG lamentou a decisão e declarou que tem “tomado todas as medidas administrativas e judiciais possíveis, incluindo o diálogo com o Sindimetro, para a volta do serviço metroviário, por entender a importância do metrô para a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e seus usuários”.

Natal da Esperança da Alegria e do Recomeço

- Ano II -

PROGRAMAÇÃO 2022

CANTATA DE NATAL
Coral dos Desafinados

O PRESÉPIO DE TODO DIA
Contos de Natal com Beatriz Myrrha

CANÇÕES DE NATAL
Sustenido Grupo Musical

ENTRADA GRATUITA

16/12, SEXTA-FEIRA 13:00 - 16:00

17/12, SÁBADO 09:00 - 11:30

20/12, TERÇA-FEIRA 13:00 - 16:00

21/12, QUARTA-FEIRA 13:00 - 16:00

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS
Praça da Estação - Belo Horizonte | MG



Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**. Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: <https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal> Acesse também através do QR CODE ao lado.



ECONOMIA

DÍVIDAS

Endividamento sobe em Belo Horizonte

Por outro lado, índice de inadimplência na capital mineira recuou em novembro, de acordo com a Fecomércio MG

LEONARDO LEÃO

No mês de novembro, 89,8% dos consumidores estavam endividados em Belo Horizonte, o que representa uma elevação de 2,5 p.p., na comparação com o mês imediatamente anterior. O cartão de crédito segue como o principal compromisso financeiro assumido pelos consumidores na capital mineira, com 86,8% dos endividados comprometidos com esse tipo de dívida.

As informações são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e apurada pelo núcleo de Estudos Econômicos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG).

O resultado representa o segundo aumento consecutivo do indicador. Na comparação com o igual período do ano passado, foi apurado aumento de 1,1 p.p.

A taxa aumenta para 90,2% entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos, e baixa para 89,7% entre aquelas com até dez salários

mínimos. Mesmo assim, a maioria dos moradores de Belo Horizonte se considera pouco endividada (45,6%).

A economista da Fecomércio MG, Gabriela Martins, conta que a retomada do fluxo de pessoas no comércio e a proximidade com o Natal geram um aumento no consumo e, consequentemente, na procura por crédito. Ela explica que esse comportamento, somado a fatores como a inflação, contribui para o aumento do endividamento das famílias. “Esse aumento do endividamento pode ser justificado pela maior busca do crédito pelas famílias para o consumo tradicional de final de ano”, explica.

Essas dívidas comprometem, em média, 31,9% da renda familiar, podendo elevar para 32,2% entre as famílias com até dez salários mínimos. O levantamento também apurou que 13,2% dos consumidores não terão condições de quitar suas dívidas, ou seja, 0,5 p.p. a menos que em outubro deste ano; no caso das famílias que recebem até dez salários mínimos, esse número sobe para 14,7%. De acordo com a Peic, os endividados possuem um tempo médio de comprometimento da renda

de aproximadamente sete meses.

Dentre as famílias com dívidas a pagar, 32% afirmam não ter condições de honrar com os compromissos; 43% disseram que poderiam quitar parte de suas contas atrasadas e 24,7% acreditam que serão capazes de pagá-las totalmente.

O cartão de crédito segue na liderança entre os tipos de dívidas. Ele é conhecido, entre os consumidores, por sua facilidade no uso, permitindo que as pessoas possam realizar suas compras do dia a dia com a modalidade de crédito. O resultado deste comportamento, segundo a pesquisa, é 86,8% dos endividados comprometidos com esta modalidade; entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos, esse número sobe para 95,9%. Os demais destaques são: cheque especial (16,6%) e carnê (15,5%).

Gabriela Martins afirma que há uma tendência de aumento no endividamento por conta do Natal, mas a economista ressalta que o endividamento, por si só, não é algo ruim; ele se torna um problema depois que o consumidor se torna inadim-



Maior parte das dívidas em BH se concentra no cartão de crédito

plente. “Enquanto as famílias conseguem fazer a utilização do crédito e honrar com seus compromissos financeiros, o consumo aumenta por meio do crédito e isso gera um reflexo positivo para toda a economia, em especial para o setor do comércio. Essa época do ano, em especial, é marcada pelo aumento do consumo familiar, seja com presentes, festas e/ou viagens, o que pressiona os níveis de endividamento para cima, sendo portanto, um comportamento esperado”, esclarece.

Inadimplência - Mesmo com esse aumento do endividamento, as famílias da capital mineira estão conseguindo honrar com seus compromissos. Em novembro deste ano, a taxa de inadimplência entre essas famílias reduziu 0,9 p.p. na comparação com o mês anterior, alcançando 41,3%; porém, esse índice cresce entre as famílias com renda igual ou inferior a dez salários mínimos (43,3%). Gabriela Martins conta que esse comportamento é influenciado pela injeção de dinheiro na economia, prin-

cipalmente pelos recursos disponibilizados por meio do Auxílio Brasil; já que estes contribuem para o aumento da capacidade de pagamento e consumo das famílias de baixa renda.

“A diminuição da inadimplência é sempre um bom termômetro, visto que tal comportamento demonstra que a população está conseguindo manter seus compromissos financeiros em dia, permitindo a manutenção do acesso ao crédito e possibilitando maiores níveis de consumo”, destaca a economista.

Outro fator que deve contribuir para a redução do índice de inadimplência em Belo Horizonte, apontado pela economista da Fecomércio MG, é o pagamento do 13º salário. Ela relata que existe um comportamento do consumidor, já esperado, de utilizar esse recurso para quitar dívidas em atraso e de contas de início de ano – como IPTU, IPVA e matrícula escolar. “Só após o pagamento das dívidas em atraso, que os consumidores tendem a alocar sua verba para o pagamento de compras à vista. O 13º também se destaca no uso para investimentos variáveis e também em poupança”, relata Gabriela Martins.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
• **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2022 - Chamada Pública para Credenciamento - Processo Administrativo Nº 057/2022** - Fundamentação Legal: Lei 8.666/1993, Decisão/TCU nº 656/1995. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, torna público, para conhecimento de todos, a abertura de **CHAMADA PÚBLICA**, tendo como objeto: **CREDECIMENTO DE MÉDICO** especializado em Clínica Médica, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme especificações constantes no respectivo edital. A abertura do credenciamento será a partir do dia 21/12/2022 e ficará em vigor até a data de 31/12/2022. A CPL receberá as solicitações de Edital e os credenciamentos e esclarecimentos poderão ser realizadas no endereço: Avenida JK, nº 91 - Centro - Itanhomi-MG - CEP: 35.120-000, no horário das 07:00 às 11:00 e de 12:00 às 16:00 horas ou pelo e-mail itanhomiprefeitura@gmail.com. Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 19/12/2022 - José Carlos de Lima - Presidente da CPL.

• **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2022 - Chamada Pública para Credenciamento - Processo Administrativo Nº 058/2022** - Fundamentação Legal: Lei 8.666/1993, Decisão/TCU nº 656/1995. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, torna público, para conhecimento de todos, a abertura de **CHAMADA PÚBLICA**, tendo como objeto: **CREDECIMENTO DE PROFESSOR DE MÚSICA** para atuar junto à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), conforme especificações constantes no respectivo edital. A abertura do credenciamento será a partir do dia 21/12/2022 e ficará em vigor até a data de 31/12/2022. A CPL receberá as solicitações de Edital e os credenciamentos e esclarecimentos poderão ser realizadas no endereço: Avenida JK, nº 91 - Centro - Itanhomi-MG - CEP: 35.120-000, no horário das 07:00 às 11:00 e de 12:00 às 16:00 horas ou pelo e-mail itanhomiprefeitura@gmail.com. Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 19/12/2022 - José Carlos de Lima - Presidente da CPL.

• **AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Itanhomi**, torna público, para conhecimento de todos, que fará realizar no dia 03/01/2023, às 08:00 h, a Licitação Nº 010/2022 - modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2022**, tipo Menor preço por Lote, em conformidade com a Lei 10.520/02 e a 8.666/93. Os envelopes deverão ser protocolados na Prefeitura até às 08:00 h do dia 03/01/2023. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de computadores, impressoras e tablets para as secretarias e departamentos municipais. O Edital se encontra à disposição dos interessados, que poderão adquiri-lo até o dia 02/01/2023, das 7:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00 h, junto à Equipe de Apoio ao Pregão, em sua sede à Av. JK, 91 - Centro - Itanhomi-MG - CEP: 35.120-000 ou através do site: <http://transparencia.itanhomi.mg.gov.br>. Para maiores esclarecimentos entre em contato com o Pregoeiro Municipal (E-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com). Prefeitura Municipal de Itanhomi, 19/12/2022. Adriani Jorge de Oliveira Lopes - Pregoeiro Municipal.

CAFÉ TRÊS CORAÇÕES S.A. - CNPJ/ME: 17.467.515/0001-07 - NIRE: 31300015301. I. ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2022. II. COMPANHIA: CAFÉ TRÊS CORAÇÕES S.A. ("Companhia"). III. CNPJ/ME: 17.467.515/0001-07. IV. NIRE: 31300015301. V. SEDE SOCIAL: Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000. VI. DATA, HORA E LOCAL: Dia 14 de setembro de 2022, às 13 horas, na sede social da Companhia. VII. PRESENÇA: Dispensada a convocação, por se acharem presentes todos os acionistas da Companhia, conforme o que dispõe o Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores. A presente assembleia foi realizada por meio digital, através de plataforma de videoconferência, podendo os acionistas ouvir uns aos outros, participar e votar à distância, sendo cumprido assim, todos os requisitos legais. VIII. MESA: Danisio Costa Lima Barbosa (Presidente) e Vicente de Paula Rego Lima (Secretário). IX. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) reeleger, para um mandato de 01 (um) ano, os atuais membros da Diretoria da Companhia e (ii) ratificar todos os atos praticados pretéritamente e até a presente data pelos membros da Diretoria. X. DELIBERAÇÕES: Examinadas e discutidas as matérias propostas na ORDEM DO DIA, os acionistas deliberaram em aprovação, na integralidade, à unanimidade de votos, consistindo em: (i) reeleger pelo prazo de mandato de 01 (um) ano, a ser iniciado no dia 29 de Setembro de 2022, os atuais membros da Diretoria da Companhia, nomeados e qualificados a seguir: (a) PEDRO ALCÂNTARA REGO DE LIMA, brasileiro, divorciado, empresário, Carteira de Identidade RG 372906 (SSP-RN), CPF/MF 307.260.344-87, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, com endereço profissional na Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000 para ocupar o cargo de DIRETOR PRESIDENTE; (b) PAULO TARSO REGO DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG 600757 (SSP-RN), CPF/ME 443.414.824-91, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000 para ocupar o cargo de DIRETOR COMERCIAL E MARKETING; (c) VICENTE DE PAULA REGO DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG 849937 (SSP-RN), CPF/ME 503.329.024-04, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, com endereço comercial na Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000 para ocupar o cargo de DIRETOR DE SUPRIMENTOS, LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS; (d) ROMERO NOVAES MARTINS DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, engenheiro químico, Carteira de Identidade 15300209 (CRQ-RN), CPF/ME 142.701.964-91, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, com endereço comercial na Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000 para ocupar o cargo de DIRETOR DE OPERAÇÕES INDUSTRIAIS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA e (e) DANISIO COSTA LIMA BARBOSA, brasileiro, divorciado, contador, RG 97005007243 (SSP/CE), CPF/ME 635.011.553-87, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, com endereço comercial na Av. Brasília, nº 5145, São Benedito, Santa Luzia, MG, CEP 33170-000 para ocupar o cargo de DIRETOR DE FINANÇAS E CONTROLADORIA. No caso de vir ultrapassar o período do mandato sem que tenha havido eleição ou reeleição dos membros da Diretoria, os diretores ora empossados permanecerão, automaticamente, em seus respectivos cargos até a data da realização de ulterior "Assembleia de Acionistas" que venha reeleger/los ou substituí-los, conforme termos do §4º, do Art. 150 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A); e (ii) ratificar todos os atos praticados pela Diretoria, seja de forma individual, por seus membros, ou pelo Colegiado, pretéritamente e até a presente data, que resultem do desempenho de funções inerentes a seus respectivos cargos no cumprimento estrito do Estatuto Social e da legislação aplicável. INVESTIDORES NOS CARGOS E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES: Os DIRETORES ora reeleitos foram investidos, nos seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, e DECLARAM, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, bem como declarar estar cientes do disposto no caput e incisos I e II do §3º do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações e de que atendem aos requisitos de reputação ílibada, e que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. XII. ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, o Presidente declarou encerrada a assembleia. A presente Ata foi elaborada e enviada por meio eletrônico para todos os presentes, sendo aprovada por todos e assinada pelo Presidente e Secretário de Mesa, os quais certificam a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, bem como o atendimento a todos os requisitos legais, restando válida a assembleia. MESA: Danisio Costa Lima Barbosa (Presidente) e Vicente de Paula Rego Lima (Secretário). ACIONISTAS: Três Corações Alimentos S.A. p.p. Danisio Costa Lima Barbosa e Vicente de Paula Rego de Lima e Três Corações Imóveis Armazéns Gerais e Serviços Ltda. p.p. Danisio Costa Lima Barbosa e Vicente de Paula Rego de Lima. Membros da Diretoria: Pedro Alcântara Rego de Lima, Paulo Tarsio Rego de Lima, Vicente de Paula Rego de Lima, Romero Novaes Martins de Albuquerque e Danisio Costa Lima Barbosa. A presente é cópia fiel da original, processada por meio eletrônico, em folhas soltas, que compõem o livro de Atas de Assembleias Gerais. MESA: Danisio Costa Lima Barbosa - Presidente da Mesa, Vicente de Paula Rego de Lima - Secretário. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 931662 em 06/08/2022 da Empresa CAFÉ TRÊS CORAÇÕES S.A. Nire 31300015301 e protocolo 225039168 - 03/10/2022. Autenticação: 69683371DFA64DABC14E43B24C296CF83EB8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/053.916-8 e o código de segurança fuxS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. - CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67 - NIRE: 31300106772. I. ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2022. II. COMPANHIA: TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. III. CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67. IV. NIRE: 31300106772. V. SEDE SOCIAL: Avenida B, 1.500, Distrito Industrial, na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP 39.404-628. VI. DATA, HORA E LOCAL: Dia 14 de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. VII. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, por se acharem presentes a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, comprovadas pelas assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas" da Companhia. VIII. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). IX. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: reeleger os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, para um período de mandato de 03 (três) anos, a partir desta data, extinguindo-se, em decorrência, concomitantemente, os mandatos em exercício. X. DELIBERAÇÕES: Examinada e discutida a matéria proposta na ORDEM DO DIA, os Acionistas da Companhia deliberaram por aprovação, à unanimidade e sem ressalvas, a saber: reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, os quais exercerão seus mandatos pelo período de 3 (três) anos, a partir desta data, extinguindo-se, em decorrência, concomitantemente os mandatos em exercício. Diante o exposto, os seguintes conselheiros são reeleitos para ocuparem os seus respectivos cargos: (a) Pedro Alcântara Rego de Lima, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade RG 372906 - 2ª via SSP/RN, inscrito no CPF/ME 307.260.344-87, residente e domiciliado na Rua Bento Albuquerque, 1.159, apt. 700, Cocó, Fortaleza/CE, CEP 60.192-055, reeleito para a posição de "Presidente do Conselho"; (b) Giuseppe Casareto, italiano, casado, administrador, portador do Passaporte Italiano nº YB5842387, residente e domiciliado na Via Fratelli Ruffini, 1, CEP 20123, Milano, Itália, reeleito para a posição de "Vice-Presidente do Conselho"; (c) Alberto Paesani, italiano, casado, economista, portador da carteira de identidade nº RNE W228311V/DPMFAF, CPF nº 014.043.878-18, residente e domiciliado à Rua João Lourenço, 683, cp. 41, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.508-030, reeleito para posição de "Conselheiro" e (d) Vicente de Paula Régio de Lima, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 8495937 - SSP/RN, inscrito no CPF/ME 503.329.024-04, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, 1.158, apt. 1602, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-111, reeleito para posição de "Conselheiro". Os Conselheiros tomam posse nesta data mediante assinatura dos respectivos termos de posse, permanecendo em seus respectivos cargos até a data de Assembleia Geral que os reeleger ou substituí-los, caso a mesma venha a ser realizada em data ulterior à do término do período para o qual foram presentemente, eleitos e reeleitos, nos termos do § 4º, do Art. 150, da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, declarando os Conselheiros ora eleito e reeleitos, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, bem como declarar estar cientes do disposto no caput e incisos I e II do § 3º do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações, e de que atendem aos requisitos de reputação ílibada, e que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. XI. ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, o Presidente declarou encerrada a reunião. A presente Ata foi elaborada e enviada por meio eletrônico para todos os presentes, sendo aprovada por todos e assinada pelo Presidente e Secretário de Mesa, os quais certificam a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). ACIONISTAS: Três Corações Alimentos S.A. p. Vicente de Paula Rego de Lima e Danisio Costa Lima Barbosa e Caffilly System S.P.A. p.p. Mariana Martins Ribeiro. A presente é cópia fiel da original, processada por meio eletrônico, em folhas soltas, que compõem o livro de Atas de Assembleias Gerais. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima - Presidente, Alberto Paesani - Secretário. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 9252696 em 22/03/2022 da Empresa TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. Nire 31300106772 e protocolo 221276904 - 14/03/2022. Autenticação: 029D065E19D0E218ED9F3A3778A5E33F71C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/127.690-4 e o código de segurança MErd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. - CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67 - NIRE: 31300106772. I. ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2022. II. COMPANHIA: TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. III. CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67. IV. NIRE: 31300106772. V. SEDE SOCIAL: Avenida B, 1.500, Distrito Industrial, na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP 39.404-628. VI. DATA, HORA E LOCAL: Dia 16 de Maio de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia. VII. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, por se acharem presentes todos os acionistas da Companhia, conforme o que dispõe o Artigo 9º, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, bem como o que dispõe os termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores. A presente reunião deu-se de forma digital, por videoconferência, na qual todos puderam ouvir uns aos outros, restando válida a referida reunião, conforme o que dispõe o Artigo 9º, Parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia. VIII. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). IX. ORDEM DO DIA: Examinar e deliberar sobre as matérias seguintes: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021, cujas cópias acham-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia; (2) Destinar o lucro líquido do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021, e (3) demais assuntos de interesse da Assembleia. X. DELIBERAÇÕES: Os acionistas da Companhia, examinaram, discutiram, votaram e deliberaram em aprovar as matérias constantes da Ordem do Dia, à unanimidade, na sua integralidade, sem ressalvas, nos termos seguintes: (1) foram tomadas e aprovadas as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021, dispensadas as suas leituras, que foram publicadas no dia 11 de maio de 2022, no jornal "Diário do Comércio", página 3, exonerando, por consequente, de responsabilidade, os administradores da Companhia, nos termos do § 3º do Art. 134, da Lei 6.404/76. (2) O "Lucro líquido do Exercício" findo em 31 de Dezembro de 2021, na importância de R\$ 21.732.474,77 (vinte e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) foi destinado da seguinte forma: (2.1) constituição da "Reserva Legal" na importância de R\$ 501.053,51 (quinhentos e um mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e um centavos); (2.2) a constituição da "Reserva de Incentivos Fiscais - Ano Calendário 2021", na importância de R\$ 5.303.803,06 (cinco milhões, trezentos e três mil, oitocentos e três reais e seis centavos), assim composta: (a) o valor de R\$ 4.955.151,38 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos) referente ao Incentivo Fiscal de "Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica" do exercício social findo em 31/12/2021; (b) o valor de R\$ 298.389,08 (duzentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos) referente ao Incentivo Fiscal "Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica" do exercício social findo em 31/12/2021; (2.3) o valor remanescente de R\$ 15.927.619,20 (quinze milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e dezoto reais e vinte centavos) do lucro líquido do exercício, permanecerá retido na Companhia, registrado contabilmente na "Reserva de Retenção de Lucros", como faculta aos acionistas da Companhia, o que dispõe o inciso II, § 3º, do Art. 202, da Lei 6.404/76; (3) nada mais foi deliberado pelos acionistas. XI. ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, o Presidente declarou encerrada a reunião. A presente Ata foi elaborada e enviada por meio eletrônico para todos os presentes, sendo aprovada por todos e assinada pelo Presidente e Secretário de Mesa, os quais certificam a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). ACIONISTAS: Três Corações Alimentos S.A. p. Vicente de Paula Rego de Lima e Danisio Costa Lima Barbosa e Caffilly System S.P.A. p.p. Giuseppe Casareto. A presente é cópia fiel da original, processada por meio eletrônico, em folhas soltas, que compõem o livro de Atas de Assembleias Gerais. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima - Presidente, Alberto Paesani - Secretário. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 9391662 em 03/06/2022 da Empresa TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. Nire 31300106772 e protocolo 222767791 - 02/06/2022. Autenticação: 9F8D2F6B32A872F26253602DEC415E43536B0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/276.779-1 e o código de segurança DV0s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

FÁBRICA MINEIRA DE ELETRODOS E SOLDAS DENVER S.A.
CNPJ 22.671.564/0001-99 - NIRE 313.0001661-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da FÁBRICA MINEIRA DE ELETRODOS E SOLDAS DENVER S.A. para assembleia geral extraordinária a realizar-se em 02 de janeiro de 2023, às 14 horas, em sua sede social, à Av. Magalhães Pinto nº 3.433, Montes Claros, MG, para: a) Aprovação do Protocolo e Justificativa de Incorporação da sociedade INDUSTRIAL DE SOLDAS ELETON LTDA. ("Incorporada"); b) Nomeação de Empresa Especializada e Aprovação do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da Incorporada; c) Autorização de aumento de Capital Social com o valor do Patrimônio Líquido incorporado; d) Aprovação de extinção da Incorporada; e) Recriação do Conselho de Administração, bem como nomeação dos Conselheiros e forma de remuneração; f) Alteração do nome da empresa para DENVER SOLDAS S.A. g) Modificação do art. 5º do Estatuto Social, e consolidar o Estatuto Social da Companhia; h) Autorização da lavratura da Ata na forma de sumário nos termos do Art. 130, § 3º, da Lei nº 6.404/76; i) Outros assuntos de interesse da companhia.
Montes Claros, 19 de dezembro de 2022
Carlos Alberto Sobral Ferreira - Diretor Presidente

ULTRAFÉRTIL S.A.
CNPJ nº 02.476.026/0001-36 - NIRE 3130011503-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2022
Em 19 de novembro de 2022, no mês de novembro de 2022, às 10:00 horas, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Ultrafertil S.A. ("Companhia"), que tem sua sede localizada em Belo Horizonte/MG, na Rua Sapucaí, nº 383, 7ª andar, parte, Floresta, CEP 30.150-904. A AGE foi realizada de forma digital, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404/76, regulamentado pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. 2. CONVOCAÇÃO, PRESENÇA E QUÓRUM: Edital de Convocação publicado nas edições do Diário Oficial da União nas edições dos dias 16/11/2022 (pag. 212), 17/11/2022 (pag. 232) e 18/11/2022 (pag. 319), e no Diário do Comércio nas edições dos dias 16/11/2022 (pag. 06 da versão impressa e 02 da versão digital), 18/11/2022 (pag. 12 da versão impressa e 02 da versão digital) e 19/11/2022 (pag. 06 da versão impressa e pag. 02 da versão digital). Presença dos acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme registros e assinaturas apostas ao final desta ata e constantes no Livro de Presença dos Acionistas da Companhia arquivado na sede social, sendo a acionista Vala S.A. ("Vala") representada por seu procurador, Sr. Vitor Ribeiro Vieira, que cumpre orientação de voto proferida pelos Diretores Executivos da Vale, Srs. Luciano Siani Pires e Gustavo Duarte Fimeta (Decisão de Executivos em Conjunto - DEC nº 288/2022, de 07 de novembro de 2022), tendo sido verificada, dessa forma, a existência de quórum para a instalação da AGE e para as deliberações constantes da Ordem do Dia. Presentes ainda, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, e a advogada da Companhia, Sra. Daniela Soares Vieira. 3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou a Sra. Daniela Soares Vieira para secretária-ia. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a postergação do pagamento do montante total dos dividendos da Companhia referentes ao resultado do exercício social de 2021, declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022, cuja respectiva ata foi registrada sob o nº 5394383 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("AGE 2022"). 5. DELIBERAÇÕES: Após a análise da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem quaisquer restrições, ressalvas ou reservas, deliberaram nos termos a seguir: 5.1. A lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, ficando a Secretária autorizada a emitir tantas cópias quantas forem necessárias para cumprir com as disposições legais em vigor; e 5.2. Aprovar a postergação do pagamento do montante total dos dividendos da Companhia referentes ao resultado do exercício social de 2021, declarados na AGE 2022 e cuja data limite original de pagamento estava prevista para 31 de dezembro de 2022, envolvendo o montante total de R\$ 16.949.052,41 (dezesseis milhões, novecentos e quarenta e nove mil e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), que deverão ser pagos até 31 de dezembro de 2024, visando preservar a liquidez do caixa da Companhia. 6. ENCERRAMENTO: E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou que a AGE atendeu todos os requisitos para sua realização, em observância à Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020. Em seguida, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pela mesa e por todas as acionistas presentes - Presidente, Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, e Secretária, Daniela Soares Vieira. ACIONISTAS: VLI MULTIMODAL S.A., Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. e VALE S.A. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Belo Horizonte/MG, 24 de novembro de 2022. Daniela Soares Vieira - Secretária da Mesa. JUCEMG nº 9806985 em 15/12/2022. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. - CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67 - NIRE: 31300106772. I. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2022. II. COMPANHIA: TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. III. CNPJ/ME: 19.675.900/0001-67. IV. NIRE: 31300106772. V. SEDE SOCIAL: Avenida B, 1.500, Distrito Industrial, Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP 39.404-628. VI. DATA, HORA E LOCAL: Dia 19 de Julho de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. VII. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, por se acharem presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme estabelece o Artigo 13, em seus parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social da Companhia, quais sejam: Presidente do Conselho - Pedro Alcântara Rego de Lima, Vice-Presidente do Conselho - Giuseppe Casareto; Vicente de Paula Rego de Lima e Alberto Paesani (Secretário). VIII. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). IX. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) reeleger, para um mandato de 03 (três) anos, os atuais membros da Diretoria da Companhia e (ii) ratificar todos os atos praticados pretéritamente, pelos membros da Diretoria, o desempenho de suas respectivas funções. Deliberar sobre as seguintes matérias: reeleger os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, para um período de mandato de 03 (três) anos, a partir desta data, extinguindo-se, em decorrência, concomitantemente, os mandatos em exercício. X. DELIBERAÇÕES: Examinadas e discutidas as matérias propostas na ORDEM DO DIA, os conselheiros deliberaram por aprova-las, à unanimidade e sem ressalvas, a saber: (i) reeleição pelo prazo de mandato de 03 (três) anos a ser iniciado a partir desta data, dos atuais membros da Diretoria da Companhia, nomeados e qualificados a seguir: o Sr. Paulo Sergio Meirelles Ferreira, brasileiro, casado, contador, RG M3567782 (SSP-MG), CPF 560.246.066-72, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na Avenida B, 1.500, Distrito Industrial, na Cidade de Montes Claros, MG, CEP 39.404-628, para o cargo de "Diretor sem designação específica" e o Sr. Romero Novaes Martins de Albuquerque, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do documento de identidade F5880866 (SRDP/CE), CPF/ME 142.701.964-91, residente e domiciliado em Fortaleza, CE, com endereço profissional na Avenida B, 1.500, Distrito Industrial, na Cidade de Montes Claros, MG, CEP 39.404-628, para o cargo de "Diretor sem designação específica". Os Diretores, ora reeleitos, tomarão posse nesta data, mediante a assinatura de seus respectivos Termos de Posse que comporão o "Livro de Atas de Reunião da Diretoria". Os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até 19 de maio de 2025 ou até a data da Reunião do Conselho de Administração que os reeleger ou substituí-los, caso a mesma venha a ser realizada em data ulterior à do término do período para o qual foram presentemente reeleitos, conforme o que dispõe o Parágrafo 4º do Artigo 150 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e o Parágrafo 1º do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. Declaram, por fim, os Diretores ora reeleitos, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, bem como declarar estar cientes do disposto no caput e incisos I e II do § 3º do Art. 147, da Lei das Sociedades por Ações, e de que atendem aos requisitos de reputação ílibada, e que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. (ii) Ratificação de todos os atos praticados pelos membros da Diretoria que resultem do desempenho de suas funções inerentes a seus respectivos cargos no cumprimento estrito do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. XI. ENCERRAMENTO: Encerrada a reunião, a presente Ata foi elaborada e enviada por meio eletrônico para todos os presentes, sendo aprovada por todos e assinada pelo Presidente e Secretário de Mesa, os quais certificam a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima (Presidente) e Alberto Paesani (Secretário). Conselheiros: Pedro Alcântara Rego de Lima, Giuseppe Casareto, Vicente de Paula Régio de Lima e Alberto Paesani. A presente é cópia fiel da original, processada por meio eletrônico, em folhas soltas, que compõem o livro de Atas de Assembleias Gerais. MESA: Vicente de Paula Rego de Lima - Presidente, Alberto Paesani - Secretário. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 951926 em 10/08/2022 da Empresa TRÊS CAFFI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CÁPSULAS S.A. Nire 31300106772 e protocolo 223826642 -



CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores devolvem R\$ 148 mi para a PBH

Do total, metade foi destinada a garantir os subsídios às concessionárias de transporte público de passageiros

Belo Horizonte pode ganhar, nos próximos meses, um reforço na área das políticas sociais, em especial nas ações destinadas às pessoas em situação de rua. É que a Câmara Municipal realizou a devolução de R\$ 148.307.098,28 aos cofres do Tesouro municipal, referentes a recursos não utilizados pela Casa.

A entrega de um cheque simbólico pela presidente do Parlamento, vereadora Nely Aquino (Pode), ao secretário Municipal de Fazenda, Leonardo Colombini, ontem, marcou o gesto do Legislativo, que, na ocasião, solicitou que os valores sejam, preferencialmente, destinados à área da Assistência Social e a pessoas em situação de rua.

Dos mais de R\$ 148 milhões devolvidos pela CMBH, R\$ 44.082.142,31 são referentes à renúncia feita no início do ano pelo Legislativo e R\$ 29.917.857,69 dizem respeito à devolução realizada em outubro deste ano. A soma desses montantes - R\$ 74 milhões - foi destinada a garantir o subsídio às concessionárias de transporte público coletivo de passageiros previsto na Lei 11.367/2022.

Já os outros R\$ 74 milhões poderão ser utilizados nas ações que a Prefeitura desenvolve junto à população em situação de rua, já que este foi um pedido do Legislativo. “A Câmara está encaminhando este dinheiro para que sejam feitas políticas públicas voltadas para

este público, que tem que ser cuidado, que precisa de um olhar carinhoso da Câmara, da Prefeitura e da cidade. É um consenso da Câmara Municipal que este dinheiro seja investido no social”, afirmou Nely Aquino.

Orçamento - Para este ano de 2022, a Câmara Municipal teve disponível um orçamento total de R\$ 348 milhões e os quase R\$ 150 milhões economizados, segundo a presidente reflete um esforço de toda a Casa, em prol da cidade de Belo Horizonte. “A Câmara está sendo reformada, adequada, mas evidentemente cui-

dando do dinheiro público, com zelo, respeito e responsabilidade. Não é a Nely Aquino que fez, são todos os parlamentares, todos os servidores. É a nossa responsabilidade com o povo belo-horizontino”, explicou.

Ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal vem repassando à PBH recursos provenientes de economias e cortes de custos realizados com a contribuição dos parlamentares. Em 2021, por exemplo, recursos de que a Casa abriu mão ajudaram a custear ações e programas importantes para os cidadãos da capital, como o Auxílio Belo Hori-

zonte, destinado às famílias vulneráveis atingidas pela pandemia da Covid-19.

Segundo o secretário de Fazenda Leonardo Colombini, os recursos economizados pelo Legislativo têm contribuído sobremaneira com a administração municipal. “É algo importantíssimo. É uma parceria da Prefeitura com a Câmara e a gente fica muito satisfeito. Constitucionalmente, o superávit da Câmara deve ser devolvido ao Executivo, mas quanto mais ela (CMBH) economiza, melhor. Nos ajuda de toda forma e será sempre bem-vindo”, declarou. **(Com informações da CMBH)**



Colombini recebeu o cheque simbólico dos vereadores de BH

TRANSIÇÃO

Flávio Dino anuncia nomes para a Justiça

Brasília - O futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou ontem seus escolhidos para a diretoria da Polícia Rodoviária Federal e para a Secretaria Nacional de Justiça, e afirmou que sua gestão irá fortalecer a atuação da Polícia Federal, que contará com uma nova diretoria voltada à Amazônia e ao meio ambiente.

Para a diretoria da PRF no novo governo, Dino indicou o secretário de Controle e Transparência do Espírito Santo, Edmar Camata, que ingressou na instituição em 2006. Mestre em Políticas Anticorrupção (Universidade de Salamanca), tem

especializações em Gestão Integrada em Segurança Pública e Ministério Público e Defesa da Ordem Jurídica, além de MBA em Gestão Pública.

A atuação da PRF e de seu então diretor-geral, Silvinei Vasques, foi questionada sobretudo durante as eleições, quando denúncias apontaram supostas operações da instituição que poderiam estar dificultando o transporte de eleitores no segundo turno de votação. Vasques foi exonerado ontem.

Segundo o futuro ministro, a exoneração não extingue eventuais investigações administrativas e criminais

contra Vasques, que terão seguimento.

Dino indicou ainda o advogado Augusto Botelho para a Secretaria Nacional de Justiça. Botelho é especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra, e em Direito Penal pela Universidade de Salamanca. Ele também foi conselheiro da Human Rights Watch, entre outras posições em defesa de pessoas e organizações sociais alvos de violações de direitos fundamentais. Botelho foi candidato a deputado federal pelo PSB-SP, mas não se elegeu.

Em linha com a intenção de Lula de enfatizar a im-

portância da preservação do meio ambiente e retomar a liderança do Brasil nas discussões sobre o tema, Dino anunciou uma nova diretoria dentro da Polícia Federal, a ser comandada pelo advogado e delegado da PF Humberto Freire de Barros. “Viabilizamos a ampliação da Polícia Federal para fortalecimento da sua atuação”, disse Dino a jornalistas.

“Nós teremos a nova diretoria de Amazônia e Meio Ambiente, diretoria esta que está sendo criada exatamente pela centralidade dessa atuação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça em articulação com demais

órgãos de governo”, acrescentou.

Questionado, Dino comentou ainda sobre os preparativos para a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva no dia 1º de janeiro. Dino garantiu manter diálogo constante com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e manifestou tranquilidade em relação ao esquema montado.

“Hoje o governador Ibaneis cabalmente, enfaticamente... reiterou todo o empenho do governo do Distrito Federal na manutenção da ordem pública (durante a posse)”, disse o futuro ministro da Justiça. **(Reuters)**

SENADO

PEC que viabiliza piso da enfermagem é aprovada

Brasília - O plenário do Senado aprovou, por unanimidade, ontem, a proposta de emenda à Constituição que viabiliza pagamento do piso da enfermagem (PEC 42/2022). Na semana passada, o texto foi aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados.

Pela Lei 14.434, de 2022, os enfermeiros e enfermeiras têm direito a um piso de R\$ 4.750. O valor é a referência para o cálculo dos vencimentos de técnicos (70%), auxiliares de enfermagem (50%) e das parteiras (50%).

A PEC direciona recursos do superávit financeiro de fundos públicos e do Fundo Social para financiar o piso salarial nacional da enfermagem no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviços com um mínimo de atendimento de 60% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

STF - Atualmente, o pagamento do piso está suspenso pelo Supremo Tribunal Federal por decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso. O ministro determinou que a União, entes públicos e privados se manifestassem sobre o impacto financeiro da medida na qualidade dos serviços prestados na rede de saúde.

A época Barroso acatou o argumento das entidades privadas de que o Legislativo e Executivo aprovaram e sancionaram o projeto sem tomar providências que via-

bilizariam a sua execução, como o aumento da tabela de reembolso do Sistema Único de Saúde (SUS) à rede conveniada.

Com a PEC aprovada no Senado, o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), espera ter pacificado o impasse. Na avaliação de Pacheco, o impacto do piso nacional da enfermagem para a União é muito pequeno.

O senador reconheceu, no entanto, que há um impacto severo para estados, municípios e hospitais filantrópicos, mas que a questão foi resolvida com uma série de iniciativas tomadas para compensar estados, municípios e hospitais filantrópicos para atender a decisão do Supremo Tribunal Federal e viabilizar o piso.

“Nada impede que, ao promulgarmos essa emenda à Constituição, o Supremo Tribunal Federal levante essa decisão cautelar para o estabelecimento do piso nacional da enfermagem e que, no caso da iniciativa privada, possa este Congresso Nacional examinar já com o novo governo”, ressaltou Pacheco.

Para ele, a decisão do Supremo não precisa estar atrelada à suspensão do piso

nacional para todos no Brasil, inclusive para entes públicos, em função do impacto para a iniciativa privada, que, segundo ele, pode ter uma solução construída em 60, 90 dias.

Segundo Pacheco, a viabilização do piso para

profissionais da iniciativa privada foi pauta de uma conversa recente entre ele e o futuro ministro da Economia, Fernando Haddad. “Ele se comprometeu, já em janeiro, a deliberar a respeito do espaço fiscal e dos recursos necessários para

as medidas compensatórias para a iniciativa privada, que viriam, a princípio, por uma desoneração da folha

de pagamentos. Assim como existem para 17 setores da economia nacional.”, disse Pacheco. **(Reuters)**

COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA - COSSISA
CNPJ nº 16.942.195/0001-29 - NIRE nº 3130003385-6
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da Companhia Setelagoana de Siderurgia - COSSISA, para a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 24 de janeiro de 2023, às 14:30 horas, em primeira convocação e, não havendo quórum, às 15:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, na sede social, na Rua Bernardo Paixão, 900, Bairro São João, Sete Lagoas, MG, para deliberarem sobre análise e aprovação das contas auditadas referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020.
Sete Lagoas, MG, 20 de dezembro de 2022. Gustavo Correa Lima - Diretor Presidente.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BRASÍLIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A Síndica e o Sub-Síndico desse condomínio convocam-se a todos os condôminos do CONDOMÍNIO BRASÍLIA, a participarem da Assembleia Geral, a realizar-se em 30 de dezembro de 2022, sexta-feira, na AVENIDA PARANÁ, 514-CENTRO-BELO HORIZONTE-UNIAO DOS VAREJISTAS em primeira convocação às 18:00 horas, e em segunda convocação às 18:30 horas, com qualquer número de presentes para a PAUTA abaixo: PAUTA-ELEIÇÃO DO SÍNDICO PARA O BIÊNIO 2022/2024 E PRESTAÇÃO DE CONTAS, MAJORAÇÃO TAXA CONDOMINIAL. O(s)condômino(s) que não se encontrar(em)regularmente em dia com suas obrigações para com o Condomínio, não poderá(ão)participar, nem votar na Assembleia e, aquele(s)que não comparecer(em)ou não se fizer(em)representar(em)por procurador(es)legalmente constituído(s), ou seja, com procuração com fins específicos, devolução de identidade comprobatória de autenticidade de assinatura(s) do (s) outorgante(s), estarão(ão)aprovado(as) as deliberações tomadas na Assembleia, conforme legislação em vigor.
SÔNIA APARECIDA DOS REIS - Síndica
TARCÍSIO BORGES CORDEIRO - Sub-Síndico - OAB-29270

CEA IV - CENTRAIS EÓLICAS ASSURUÁ IV SPE S.A.
CNPJ/MF nº 38.249.067/0001-37 - NIRE 31.300.137.899
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2022
1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 20 de dezembro de 2022, às 09h, na sede social da CEA IV - Centrais Eólicas Assuruá IV SPE S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, Parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Gustavo Barros Mattos. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (I) redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações; (II) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; e (III) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 4.161.658,96 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), mediante o cancelamento de 4.161.658 (quatro milhões, cento e sessenta e uma mil, seiscentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 474.422.763,47 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e quatro e sete centavos), passará a ser de R\$ 470.261.104,51 (quatrocentos e setenta milhões, duzentos e sessenta e uma mil, cento e quatro reais e cinquenta e um centavos), dividido em 470.261.104 (quatrocentas e setenta milhões, duzentas e sessenta e uma mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 470.261.104,51 (quatrocentos e setenta milhões, duzentos e sessenta e uma mil, cento e quatro reais e cinquenta e um centavos), dividido em 470.261.104 (quatrocentas e setenta milhões, duzentas e sessenta e uma mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Gustavo Barros Mattos (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Desenvolvimento de Energia 4 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Gustavo Barros Mattos). Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2022.

O NEI LÚCIO SILVA ME, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 32.222/2020, a Licença Ambiental Simplificada – LAS Classe 0, para a atividade de Bar e Restaurante com Música e Salão de Festas, localizada na Rua do Rosário, nº 658, bairro Angola, Betim/MG.

BOLD SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 28.231.010/0001-57
NIRE 31300118126
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022
DATA, HORA E LOCAL: aos 12 dias de dezembro de 2022, às 10:00 horas, na sede da BOLD SECURITIZADORA S.A. (“**Companhia**”), localizada na Rua Rio Grande do Norte, nº 1.435, sala 708, bairro Savassi, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-138. **PRESENCAS:** presente a única acionista da Companhia, **Bold Assessoria Financeira S.A.**, representada nos termos de seus atos constitutivos. **CONVOCAÇÃO:** por estarem presentes todos os acionistas, foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Luis de Oliveira Jacintho e secretariados pelo Sr. Leandro César de Andrade Ferreira. **ORDEM DO DIA:** constava da ordem do dia: (i) a autorização para a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia flutuante, em série única, para colocação privada, da Companhia (“**Emissão**”); (ii) a autorização à diretoria da Companhia para outorgar garantia flutuante no âmbito da Emissão (“**Garantia Flutuante**”); (iii) a autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos e assinar todos os documentos relativos à Emissão e às Garantias. **DELIBERAÇÕES:** após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista controladora da Companhia, sem ressalvas, decidiu: (i) autorizar a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia flutuante, em série única, para colocação privada da Companhia, nos termos e condições detalhadas no “**Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, em Série Única, para Colocação Privada, da Bold Securitizadora S.A.**” (“**Escritura**”), que será objeto de inscrição e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“**JUCEMG**”). As principais condições da referida Emissão foram fixadas, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da seguinte forma: (a) **número da emissão:** 3ª emissão de debêntures da Bold Securitizadora S.A.; (b) **valor total da emissão e número de séries:** a emissão terá valor total de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), em série única; (c) **valor nominal unitário das debêntures:** o valor nominal unitário das debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais); (d) **convertibilidade, espécie, tipo e forma:** as debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, todas nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados; (e) **atualização monetária:** o valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente; (f) **reaptação programada:** as debêntures não serão objeto de reapatação programada; (g) **data de emissão, data de início da rentabilidade e prazo de vencimento:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 12 de dezembro de 2022, com o prazo de vencimento de 18 (dezoito) meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, no dia 12 de junho de 2024; (h) **remuneração:** sobre o saldo do valor nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 17,00% (dezessete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas de acordo com a fórmula matemática e demais condições definidas na Escritura; (i) **amortização do saldo do valor nominal:** o saldo do valor nominal unitário será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 22/12/2023 e a segunda parcela com vencimento em 12/06/2024, conforme tabela de amortização constante da Escritura; (j) **colocação:** as debêntures serão objeto de colocação privada, de acordo com os procedimentos da B3, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral, sendo admitida a colocação parcial; (k) **depósito para distribuição, negociação, custódia eletrônica e liquidação financeira:** as debêntures serão depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (“**B3**”) para (i) distribuição por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“**MDA**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as distribuições liquidadas financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“**CETIP21**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (l) **prazo, forma e preço de subscrição e integralização:** as debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 e as demais condições estabelecidas na Escritura; (m) **destinação dos recursos:** os recursos líquidos obtidos com as debêntures serão utilizados para: (i) a aquisição de direitos creditórios no âmbito do objeto social da Companhia; e, (ii) o pagamento de custos e despesas decorrentes da gestão ordinária da Companhia; (n) **aquisição antecipada facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir antecipadamente debêntures, nos termos previstos na Escritura; (o) **resgate antecipado facultativo total e amortização extraordinária parcial:** a Companhia, mediante o pagamento de prêmio aos debênturistas, poderá, a partir de 30/06/2023, promover o resgate antecipado facultativo total das debêntures ou a amortização extraordinária parcial das debêntures, sendo que esta última poderá ser facultativa ou obrigatória, nos termos definidos na Escritura; (p) **vencimento antecipado:** as obrigações da Companhia, que estão detalhadas na Escritura, poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses formalmente indicadas na Escritura; (q) **demais condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas detalhadamente na Escritura. (ii) autorizar a diretoria da Companhia, em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia relativas às debêntures, a outorgar garantia flutuante para a Emissão (“**Garantia Flutuante**”). (iii) autorizar expressamente a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aqui tomadas, incluindo, mas não se limitando: (a) a estipulação dos demais termos e condições das debêntures; (b) a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Garantia Flutuante; (b) a formalização de aditamento(s) à Escritura; e, (c) a contratação de todos os prestadores de serviços da Emissão, incluindo, sem se limitar, a B3, o banco liquidante, escriturador e digitador, bem como quaisquer outros que se façam necessários, fixando-lhes os respectivos honorários; (iv) autorizar a publicação desta Ata em forma de extrato, nos termos do artigo 130, §3º da Lei das Sociedades por Ações. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e conferida, foi aprovada e assinada sem ressalvas por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: André Luis de Oliveira Jacintho, Presidente da Mesa; Leandro César de Andrade Ferreira, Secretário da Mesa; **Acionista controladora:** BOLD ASSESSORIA FINANCEIRA S.A., neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seu Diretor André Luis de Oliveira Jacintho. Este documento foi assinado de forma digital pelas pessoas indicadas acima.



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

OIE

Minas pleiteia agora *status* de livre de aftosa sem vacinação

Meta da cobertura vacinal é de 95% do rebanho mineiro

DIONE A.S

Faltam dez dias para o fim da campanha de vacinação contra a febre aftosa em Minas Gerais, que foi prorrogada até o dia 30 de dezembro. Atualmente, o Estado já vacinou 22,2 milhões de bovinos e bubalinos, índice que corresponde a 88,6% de cobertura vacinal. Os dados foram apurados e divulgados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) com o aval do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). E Minas caminha agora para uma nova fase de vigilância sanitária para a febre aftosa.

Ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), Tales Fernandes, confirmou que Minas encerrará o ano totalmente livre da doença, atingindo o patamar máximo de qualidade do gado. “O Estado de Minas Gerais está prestes a encerrar um ciclo vicioso. Um ciclo que nós estamos trabalhando aqui há mais de 60 anos para conseguirmos o status de área livre de febre aftosa sem vacinação a partir de 2023”, comemora.

Com o término da segunda etapa de vacinação em todo o território mineiro, o próximo passo é buscar o reconheci-

mento internacional. “Nós vamos agora, terminando este ciclo, encaminhar a proposta para a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), onde temos um prazo de até dois anos para ter esse reconhecimento mundial. E aí, sim, poderemos desfrutar realmente de todo esse trabalho que fizemos e,

Com o término da segunda etapa de vacinação contra a febre aftosa, próximo passo é encaminhar proposta para a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)

principalmente, prezar por todo o apoio do governo de Minas”, adianta.

Para esta etapa, o secretário afirma que houve investimentos de R\$ 52 milhões, disponibilizados pelo IMA, que possibilitaram que o Estado encerrasse esse período de campanha: “O investimento também permitiu que agora, principalmente, um trabalho de vistoria com vigilância passiva e vigilância ativa, muito importante, começasse. Isso ocorre uma vez que não teremos mais vacinação no Estado e precisamos, cada vez mais, do

apoio dos produtores rurais nesse sentido para combater a doença”. É um trabalho, ainda segundo o titular da Seapa, que será feito em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (Faemg) para que Minas “não retroaja neste importante avanço”.

O próximo passo é também, principalmente, fortalecer essa vigilância ativa feita pelo serviço oficial no trânsito de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal nas fronteiras e dentro das propriedades.

Segundo Fernandes, a cobertura vacinal em reta final é um grande ganho para o fortalecimento do serviço veterinário oficial do Estado. “Esse fato agrega valor a toda a cadeia da proteína animal, seja ela bovina, suína, aves, ovos e pescados. Isso abre novos mercados, valoriza a nossa carne e, sem dúvida, gera uma economia muito importante para o pecuarista mineiro e para o Brasil”.

O rebanho livre de febre aftosa sem vacinação é, inclusive, exigência de alguns países para a importação de carne bovina. A retirada da vacina deve abrir portas para novos mercados, que remuneram melhor os produtos vindos de países livres da doença sem a vacinação.

Falta de imunizantes -O



REUTERS / PAULO WHITAKER

Campna de vacinação de bovinos e bubalinos de todas as idades termina no próximo dia 30

CANA-DE-AÇÚCAR

Novo bioinsumo aumenta produtividade das lavouras em até 20%

Duas bactérias identificadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em seu banco de microrganismos, capazes de aumentar a absorção de fósforo pelas plantas, mostram ganhos comprovados na cultura da cana-de-açúcar. O incremento de produtividade, segundo dados da pesquisa da Embrapa, chega a 20% com o primeiro inoculante solubilizador de fósforo desenvolvido no País com recomendações agrônômicas validadas para a cultura da cana-de-açúcar, identificado como Omsugo ECO. O novo bioinsumo promove a redução da aplicação de adubos fosfatados, resultando em ganhos econômicos e mais sustentabilidade ambiental e está sendo comercializado pela multinacional Corteva Agriscience

As duas cepas de bactérias que deram origem ao inoculante - *Bacillus subtilis* (CNPMS B2084) e *Bacillus megaterium* (CNPMS B119) - foram selecionadas a partir dos acessos da Coleção de Microrganismos Multifuncionais e Fitopatógenos (CMMF) da Embrapa Milho e Sorgo (MG). “Esse acervo tem enorme potencial em oferecer soluções para o aumento de produtividade de diversas culturas agrícolas, com foco em sustentabilidade e descarbonização da agricultura”, enfatiza a chefe-adjunta de Transferência de Tecnologia da Embrapa Milho e Sorgo, Myriam Maia Nobre. A coleção possui 11 mil registros.

De acordo com a pesquisadora líder da equipe desenvolvedora do estudo, Christiane Paiva, as cepas dessas bactérias, a partir de mecanismos distintos, promovem maior crescimento das raízes e solubilização do fósforo absorvido no solo. “Realizamos pesquisas com foco na cultura da cana, definindo as doses e quais seriam as recomendações de uso do inoculante Omsugo ECO para buscarmos o melhor custo-benefício para o produtor rural. Tivemos relatos de ganhos médios de cerca de 12 toneladas por hectare nas áreas onde os produtores realizaram testes com o

produto, se comparadas com áreas sem aplicação”, reforça.

Experimentos conduzidos no ano agrícola 2020/2021 pela Embrapa e pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana) em três áreas produtoras brasileiras comprovam a eficiência do Omsugo ECO nessa cultura, que é fornecedora de matéria-prima para um setor de alta importância estratégica e econômica para o País.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com 572,8 milhões de toneladas produzidas para a atual safra 2022/2023, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Desempenho - Os cientistas avaliaram os três mais importantes índices relacionados ao desempenho de uma lavoura de cana-de-açúcar: toneladas de cana por hectare (TCH) que mede a produtividade; açúcar total recuperável (ATR), indicador que representa a capacidade da cana de ser transformada em açúcar ou álcool; e toneladas de açúcar por hectare (TAH).

A maior média de produtividade observada coincidiu com a parcela que recebeu a maior dose do inoculante líquido do Omsugo ECO. “A produtividade em TCH foi 20% superior ao tratamento que não recebeu aplicação do inoculante ou adubo fosfatado”, relata o pesquisador Geraldo de Almeida Cançado, da Embrapa Agricultura Digital, que conduziu os estudos na cultura da cana.

No mercado, é crescente a demanda por produtos biológicos. “Isso deve continuar assim nos próximos anos. O novo produto vem ao encontro da demanda e da expectativa dos produtores de cana-de-açúcar na busca por soluções inovadoras sustentáveis. O foco dessa solução é fazer uso do fósforo retido no solo e, ao mesmo tempo, melhorar significativamente no aproveitamento da adubação fosfatada, contribuindo para um salto em produtividade e longevidade do canavial”, informa o líder de Marketing de Cana da Corteva Agriscience, Rodrigo Takegawa. **(Embrapa)**

2022/2023

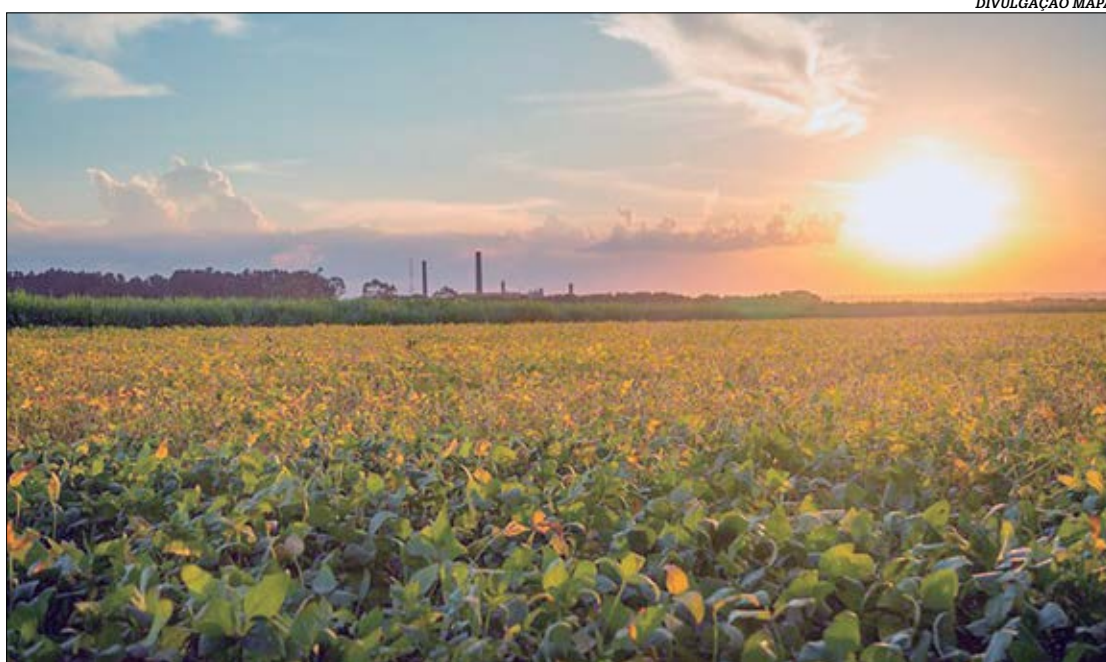
Verão começa com impactos na safra

O verão no Hemisfério Sul começa às 18h48 (horário de Brasília) de hoje (21) e termina no dia 20 de março de 2023 às 18h25. Devido às suas características climáticas com grandes volumes de chuva, a estação no Brasil tem muita importância para atividades econômicas como a agropecuária, a geração de energia e para a reposição hídrica e manutenção dos reservatórios de abastecimento de água em níveis satisfatórios.

O período reflete o aumento da temperatura em todo país em função da posição relativa da Terra em relação ao Sol mais ao sul, tornando os dias mais longos que as noites e com mudanças rápidas nas condições de tempo com condições favoráveis à chuva forte, queda de granizo, vento com intensidade variando de moderada à forte e descargas elétricas.

No verão, as chuvas são frequentes em praticamente todo o País, com exceção do extremo sul do Rio Grande do Sul, nordeste de Roraima e leste do Nordeste, onde geralmente os totais de chuvas são inferiores a 400 milímetros (mm).

Os impactos das chuvas no início da safra 2022/2023 já são mapeados. No Brasil



DIVULGAÇÃO MAPA

Chuvas irregulares dos próximos meses em MG, GO e MS podem impactar culturas sensíveis

Central, o retorno gradual das chuvas, que foi observado nos últimos meses, contribuiu para um aumento dos níveis de água no solo e tem sido importante para o estabelecimento das culturas de verão no campo como soja, milho, feijão e algodão. No entanto, as chuvas irregulares previstas para os próximos meses, além de um possível veranico - chuvas abaixo da média -, principalmente em janeiro de 2023 em áreas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, podem impactar negativamente o armazenamento de água no solo e as

culturas que se encontram em estágios fenológicos mais sensíveis.

No Matopiba, região que engloba áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, a efetivação da previsão de chuvas acima da média na região nos próximos meses, com exceção de áreas do sul de Tocantins e oeste da Bahia, principalmente em janeiro de 2023, podem auxiliar na manutenção da umidade no solo e favorecer as culturas na região como a soja, milho primeira safra e algodão.

Já na Região Sul, a redução das chuvas em grande parte

da região influenciada principalmente pela persistência do fenômeno La Niña, em especial no Rio Grande do Sul, causou restrição hídrica nas fases iniciais dos cultivos de verão. Além disso, as chuvas previstas dentro ou abaixo da média podem reduzir os níveis de água no solo, principalmente em áreas do centróssul do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, e impactar negativamente as culturas agrícolas que se encontram em estágios fenológicos mais sensíveis como soja, milho primeira safra e feijão. **(Mapa)**



NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Inovação é grande aliada da Drogaria Araujo

Digital cresceu 7 vezes nos últimos anos

MARA BIANCHETTI

A Drogaria Araujo segue investindo fortemente na sua transformação digital. E para acelerar ainda mais o processo, a maior rede de drogarias de Minas Gerais acaba de firmar parceria com a Meta, empresa de tecnologia e inovação, para atuar na revisão e reestruturação de estratégias. O projeto iniciará focado na área digital, mas o plano é seguir por toda a empresa.

Embora as cifras do negócio não tenham sido reveladas, os objetivos da companhia são audaciosos em vistas de manter o ritmo de crescimento experimentado pelo setor nos últimos anos. O digital da companhia cresceu 7 vezes nos últimos anos e já atende 400 mil clientes ao mês. Mas esse crescimento também traz consigo maior complexidade e é aí que entra o papel da Meta, que com seu método de transformação ágil, vai para simplificar processos, preparar funcionário e proporcionar maior robustez aos resultados.

De acordo com o diretor de Estratégia Digital e Cliente da Araujo, André Giffoni, o processo de transformação digital ganhou força há pouco mais de três anos, quando uma equipe integralmente dedicada à inovação foi estruturada. Conforme ele, o crescimento veio acompanhado de desafios, que exigem soluções ágeis, adequação de processos e preparação da equipe. A revisitação das estratégias tem o objetivo de gerar velocidade, sincronismo e autonomia entre as áreas da companhia.

“A agilidade está em nosso DNA e entendemos que um atendimento de qualidade precisa ser simples e fácil. Na Araujo nossa missão é encantar e satisfazer as necessidades dos clientes, atendendo-os com rapidez. E foi pensando nisso, e com foco em melhorar os nossos processos, que decidimos fechar a parceria com a Meta. Ela irá nos apoiar em diversas frentes, fazendo com que a experiência final para o nosso cliente seja completa”, resume.

A definição de papéis e responsabilidades, a priorização dos times frente aos objetivos estratégicos da empresa e a manutenção da evolução do negócio digital são alguns dos demais desafios enfrentados.

Dessa forma, a parceria também inclui análise sistêmica de todos os procedimentos da empresa. Para isso, Giffoni diz que o projeto contará com quatro etapas, sendo a primeira delas, que já está em vigor, baseada em um diagnóstico e profunda imersão no negócio. Ao longo da consultoria são sugeridas melhorias e soluções que permitam à Araujo reforçar a sua posição de liderança a

partir da oferta de produtos e serviços que satisfaçam as principais necessidades dos clientes.

“Durante um ano trabalharemos para rever o processo e modelo de governança, gestão de portfólio e de projetos, modelo de priorização e adequação da arquitetura corporativa, sempre buscando maior performance e foco na experiência do cliente”, explica a Chief Operating Officer (COO) da Meta, Ana Carla Martins.

Segundo informações da Meta, a escolha da Araujo pela empresa ocorreu a partir de uma indicação da Localiza, outro cliente de transformação ágil, que virou *case* de sucesso.

Com mais de 30 anos de mercado, a Meta oferece às organizações soluções tecnológicas de transformação digital adequadas aos modelos e necessidades dos negócios e inspira uma mudança cultural de ponta a ponta, gerando receita, reduzindo custo, e acima de tudo, valorizando as pessoas como principal capital dessa transformação.

“A Meta acredita que a transformação digital é estruturada em três pilares



A Araujo foi a primeira a adotar o modelo de *drugstore*, o serviço de *drive-thru* e a oferecer plantão 24 horas na cidade



Expectativa é de que cada loja da Drogaria Araujo gere em torno de 30 empregos diretos; rede já conta com 10 mil funcionários

principais: pessoas, tecnologia e estratégia. A tecnologia é uma aceleradora e uma aliada para conquistas

exponenciais nos negócios. Mas são as pessoas o centro deste processo de evolução digital. Precisamos, cada vez

mais, fomentar a cultura de inovação e preparar profissionais para adequarem o modelo de negócios sempre

que necessário. Este é o nosso propósito: crescimento humano com tecnologia”, destaca o CEO da Meta, Telmo Costa.

Empresa lança canal de vendas via WhatsApp

Queridinho dos brasileiros, é fato que o WhatsApp se tornou o futuro do comércio digital e uma das principais opções na hora de realizar uma compra. 85% das pessoas se sentem mais conectadas a um negócio quando podem se comunicar pelo *app*, segundo uma pesquisa da Kantar. Essa tendência não é diferente para o setor farmacêutico. A Drogaria Araujo, maior rede de drogarias de Minas Gerais, se uniu com a empresa de tecnologia Take Blip e é a primeira empresa do segmento a ter presença no WhatsApp de forma oficial, reforçando seu perfil inovador e pioneiro.

A novidade, que foi desenvolvida em apenas dois meses, foi possível após resolução que autoriza que farmácias e drogarias usem a API do WhatsApp no Brasil, da qual Take Blip, empresa líder em soluções inteligentes de comunicação, relacionamento e vendas entre marcas e consumidores em aplicativos conversacionais, como o WhatsApp e Instagram, é provedora oficial.

A solução permite navegação pelo catálogo para a escolha de produtos, com o pagamento sendo realizado ainda fora do aplicativo e os pedidos efetuados serão entregues em apenas 90 minutos após a confirmação da compra.

“Fomos os primeiros a

adotar o modelo de *drugstore*, o serviço de *drive-thru* e a oferecer plantão 24 horas na cidade. Agora, estamos inovando mais uma vez com as vendas por WhatsApp, certos de que a digitalização no atendimento é um importante passo para alcançarmos o nosso objetivo, de manter o crescimento sustentável tendo como base a inovação e o pioneirismo, características que tornaram a marca uma referência no mercado”, destaca o Diretor de Estratégia Digital e Cliente, André Giffoni. A expectativa da Araujo é de que, com o novo canal, as vendas ultrapassem a marca de R\$1 milhão já no primeiro ano.

A rede, que é referência no Brasil quando o assunto é inovação no setor farmacêutico, já possui uma assistente virtual, a Jô, lançada em 2018, que ajuda os clientes na tomada de decisão do que comprar. Com um catálogo de produtos que conta com mais de 10 mil itens, a primeira fase do lançamento do *chatbot* da Drogaria Araujo não disponibilizará a venda de remédios, que ainda não são autorizados para este formato no segmento.

“Com a liberação pela Meta do uso do WhatsApp Business API para drogarias e farmácias, com restrição apenas da comercialização de medicamentos, esse segmento dá origem a uma nova



Em parceria com Take Blip, lançamento conta com catálogo de mais de 10 mil produtos

etapa. As oportunidades são extremamente relevantes pois, grande parte das empresas deste segmento tem seu faturamento com itens de conveniência, suplementos e diversos pessoais, perfumaria, dentre outros produtos permitidos para venda, superiores ao faturamento gerado por medicamentos”, afirma o Diretor de Retail, CPG e Services em Take Blip, Luiz Marcelo.

Para o executivo, o mundo empresarial está cada vez mais atento ao enorme impacto do mercado conversacional e as empresas de diversos segmentos já se atentaram para a importância de saírem na frente com um atendimento, vendas e engajamento que vai muito além do *omnichannel*. “O A.I. First é uma tendência que atingirá todas as companhias, das *bigtechs*

até os comércios de bairro. As pessoas estão presentes diariamente no WhatsApp e querem ter seus locais de compra favoritos na palma da sua mão, prezando pela praticidade e bom atendimento”, pontua o Diretor.

Pagamento via WhatsApp

- O pagamento de compras direto no aplicativo WhatsApp Business ainda não é possível, mas a expectativa é de que essa funcionalidade seja lançada em breve. Hoje, após a escolha do produto, forma de recebimento e preenchimento dos dados pessoais, o cliente recebe o *link* de pagamento. “Ao clicar no *link*, o *browser* do celular do usuário abre com os campos do cartão de crédito a serem preenchidos. Com a confirmação do pedido, o cliente deve realizar a ação de retornar

ao WhatsApp. Dentro de alguns minutos, é enviado o *status* de pagamento, por meio de uma notificação ativa”, explica Luiz Marcelo.

“É possível realizar diversos outros serviços de forma automatizada com o uso do WhatsApp Business API, como: *status* de entrega de pedidos, atendimento ao cliente, agendamentos, pesquisas de satisfação etc. Em síntese, fazer um bom uso do WhatsApp Business API neste segmento, garante uma excelente experiência ao cliente e aumentos significativos das oportunidades de geração de novas receitas, como já comprovado em diversos outros setores”, finaliza Luiz Marcelo.

Para mandar uma mensagem para a Araujo basta clicar no *link* <https://wa.link/t1wcsn> ou salvar o contato +55 31 3270-5000 no celular.



**CAPITALISMO
CONSCIENTE®**
FILIAL BELO
HORIZONTE

O que 2023 pode esperar de cada um de nós?



FRANCINE PÓVOA*

Com a proximidade do final do ano é frequente fazermos uma série de reflexões sobre os desafios vividos e os planos para o ano seguinte, seja do ponto de vista individual ou coletivo como, por exemplo, uma empresa ao realizar seu planejamento estratégico. Os

últimos três anos, em especial, foram bastante desafiadores: a crise da pandemia da Covid-19, que provocou graves consequências sociais e econômicas e, como se isso não bastasse, em 2022 nos deparamos com a guerra na Ucrânia trazendo grandes incertezas em diversos setores da economia e dos negócios.

Do ponto de vista empresarial, ao planejar o ano seguinte das operações costumamos fazer análise de cenários, coletamos centenas de dados, buscamos o máximo de informações possível com analistas econômicos e estudamos o mercado em um exercício de responder à pergunta: o que esperar de 2023?

Eu sugiro inverter a pergunta: o que o ano de 2023 pode esperar de nós, como indivíduos e como empresas? Inverter a pergunta traz mais clareza sobre nossas responsabilidades e nosso papel na construção de um mundo melhor, mais justo, mais equânime e mais feliz. Vivemos em um mundo interdependente e isto ficou evidente nos últimos tempos. Nossas ações têm reflexos em nosso entorno, sejamos um pequeno negócio ou uma grande empresa global.

As expectativas da sociedade em relação ao papel das empresas e suas lideranças crescem a cada dia. Tomemos como exemplo o conteúdo apresentado no relatório Edelman Trust Barometer 2022. A Edelman é uma agência global que estuda o nível de confiança e a reputação de quatro instituições em vinte e sete países, incluindo o Brasil: empresas, organizações não governamentais, mídia e governo. O resultado da pesquisa realizada aqui no Brasil mostrou que as empresas são a instituição mais confiável para o brasileiro, na frente das ONGs, da mídia e do governo, porém todos os *stakeholders* cobram responsabilidade delas: 63% das pessoas entrevistadas afirmaram que compram ou defendem marcas com base em seus valores e crenças, 58% escolhem um lugar para trabalhar com base e seus valores e crenças e 60% fazem o mesmo em relação aos seus investimentos.

As expectativas também são grandes em relação às lideranças de negócios. A pesquisa da Edelman também revelou que 83% dos brasileiros entrevistados afirmaram que esperam que a principal liderança, pessoalmente, tenha visibilidade quando se discute política pública com *stakeholders* externos ou sobre o trabalho que a empresa tem realizado para beneficiar a sociedade. E entre os empregados entrevistados, 62% deles ao considerarem um emprego esperam que a principal liderança da empresa fale pessoalmente sobre questões sociais e políticas.

O que o ano de 2023 pode esperar de nós como cidadãos, como consumidores, como profissionais e como lideranças em nossas esferas de atuação? Se queremos um ano melhor do que o que está finalizando daqui a poucos dias e com melhores resultados nos campos ambiental, social e de governança, o que temos feito para isso? E como estamos contribuindo para os avanços em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável, os ODS, que representam as grandes demandas da sociedade?

No campo empresarial, para que possamos avançar de fato, precisamos de uma abordagem de gestão que favoreça a construção de negócios com um propósito maior do que o lucro. O lucro é fundamental para a sobrevivência de um negócio, mas ele é um meio para se chegar a um objetivo maior, e a forma como ele é conquistado e o que é feito com ele diz muito sobre a empresa e suas lideranças. Precisamos de um novo perfil de liderança, mais humanizada, mais cuidadosa e não por isso menos assertiva. Uma liderança que inspire as pessoas em torno de uma causa, que enxergue os negócios como uma forma de exercer um impacto positivo no mundo. Uma liderança que conte três histórias: quem eu sou, quem somos nós e para onde vamos juntos.

Que 2023 possa receber o melhor de nós!

*Diretora da Legacy4Business Consultoria e Treinamento, Conselheira da filial regional do Capitalismo Consciente em Belo Horizonte, Professora convidada da Fundação Dom Cabral e coautora do livro “ESG: a referência da responsabilidade social empresarial.”

FEMTECH

Startup Feel & Lilit possui 90% de investidoras

Em 2021, passou por sua 1ª rodada de investimentos no valor de R\$ 550 mil

A Feel & Lilit, *femtech* pioneira no Brasil no segmento de saúde e bem-estar íntimo da mulher, será mais uma entre as empresas de inovação e tecnologia a receber aporte de capital do Sororité, o maior grupo de investidoras-anjo do País, cujo objetivo é direcionar recursos financeiros a empresas fundadas por mulheres.

Em 2021, a Feel passou por sua primeira rodada de investimentos no valor de R\$ 550 mil com o índice histórico de 84% do financiamento proveniente de investidoras. Em operação desde o final de 2020, em dois anos de atividade a Feel já soma um crescimento anual superior a 70%, com

Unidas desde junho do ano passado, a Feel e Lilit têm juntas 90% do valor dos aportes captado entre investidoras, uma tendência entre as femtechs

um volume de produção 4 vezes maior desde janeiro de 2021. Já a Lilit, também fundada em 2020, faturou cerca de R\$ 2 milhões apenas com a venda do Bullet Lilit, um vibrador pequeno, discreto e compatível com outros produtos de prazer.

Unidas desde junho do ano passado, a Feel e Lilit têm juntas 90% do valor dos aportes captado entre investidoras, uma tendência entre as *femtechs*. Os exemplos da Feel e Lilit ilustram bem um dado do relatório do PitchBook de 2019, que mostra que investidoras são duas vezes mais propensas a aplicar recursos em *startups* fundadas também por alguém do gênero feminino. Quando essa *startup* é liderada por uma CEO, a propensão sobe ainda mais, chegando a até três vezes. “Se não fosse pela iden-

tificação demonstrada por essas investidoras, que acreditaram no nosso negócio e em outros negócios liderados por empreendedoras, é bem provável que, hoje, as consumidoras não tivessem à disposição essa gama de produtos voltados para o *sexual wellness*”, diz a fundadora e CEO da Feel, Marina Ratton. “Esse é um investimento muito estratégico, pois além de recursos financeiros, ele mostra que temos uma comunidade ativa que contribui não apenas com *know-how*, mas até com o desenvolvimento do produto e pesquisa. Isso não traz apenas economia, mas uma estratégia acertada e otimizada de recursos”, ressalta.

Por outro lado, o Sororité mostra que é possível ter sucesso investindo em negócios criados por mulheres e voltados para o universo feminino, fortalecendo, assim, a equidade de gênero. Criado em abril de 2021, em menos de dois anos de atividade o grupo já alcançou o valor de mais de R\$ 4 milhões investidos em *startups* lideradas por mulheres.

Atualmente, a rede conta com mais de 80 mulheres com experiências em diferentes áreas, que avaliam e investem nas *startups* em estágio inicial (pre-seed). Entre as empresas já beneficiadas, além da Feel estão a HerMoney, Mimo, PHP Biotech, Muda Meu Mundo, Herself, Se Candidate Mulher, Kultua e Beca.

“Queremos que o Sororité seja o grupo de referência para fundadoras que buscam capital e expertise. O objetivo é potencializar as mulheres em todos os setores - sejam eles setores com mais fundadoras como *femtechs* até setores dominados por fundadores homens brancos como *fintech* e *agrotech*”, explica a cofundadora do grupo, Flávia Mello.

Feel & Lilit - Apesar do pouco tempo de mercado,



Marina Ratton e Marília Ponte, cofundadoras da Feel & Lilit



Jaana Goeggel, Erica Fridman, Flávia Mello e Mariana Figueira

as marcas Feel & Lilit, criadas em 2020 e unidas desde junho de 2021, já despontam como nomes de peso no universo das *femtechs* brasileiras que atuam nesse novo mercado de bem-estar sexual da mulher. Em menos de um ano, as duas acompanharam um crescimento de mais de 200% no número de mulheres, dos mais diferentes perfis, que integram sua comunidade e um aumento de 20% nas vendas mensais. Atualmente, quase 60% das consumidoras de ambas as marcas buscam por mais informações e indicações de conteúdo e profissionais

na plataforma Feel, onde encontram informações chanceladas por profissionais da saúde e da ciência.

Sororité - Fundado pelas investidoras-anjo Flávia Mello, Erica Fridman Stul, Mariana Figueira e Jaana Goeggel, o Sororité é uma rede que oferece espaço de troca e aprendizados para que as decisões de investimento sejam feitas com mais segurança. O grupo tem o comprometimento de avaliar e investir apenas empresas em estágio inicial (pre-seed) fundadas por mulheres.

PASSAGENS AÉREAS

C6 Bank cria comparador em pontos

Os clientes do C6 Bank ganharam uma nova ferramenta para pesquisar e comparar preços de passagens aéreas. Ela indica o valor do trecho escolhido em C6 Átomos, programa de fidelidade do banco, e em pontos Livelo, Smiles, Latam e Tudo Azul, os quatro programas parceiros da instituição. O novo recurso pode ser usado para comparar tanto passagens com destinos nacionais quanto internacionais.

“Essa é mais uma facilidade oferecida pelo banco. Queremos ajudar o cliente que está em busca de passagens aéreas a fazer a escolha mais vantajosa”, afirma o head de produtos e pessoa física, Maxnaun Gutierrez.

Para acessar o comparador, basta abrir o *app* do C6 Bank e entrar no menu +Benefícios e depois tocar no botão C6 Travel. Ao pesquisar o destino



Gutierrez: facilitamos a vida

desejado, o *app* retornará a lista de opções, destacando a mais econômica entre os cinco programas de pontos.

Quando há uma opção de passagem mais barata do que a oferecida pelo C6 Átomos, a própria ferramenta habilita a possibilidade de transferência de pontos para o programa parceiro. Após enviar os pontos, o cliente

finaliza a compra acessando o *site* do programa.

Pontos Átomos - O C6 Átomos é o programa de fidelidade do C6 Bank. Com ele, o cliente que usa o cartão C6 ou o cartão C6 Platinum acumula 0,03 ponto a cada real gasto no débito e 0,05 ponto a cada real gasto no crédito. Já os clientes com cartão C6 Carbon acumulam 2,5 pontos a cada dólar gasto na função crédito. A adesão ao programa é gratuita e os pontos C6 Átomos não expiram, ou seja, o cliente não paga nada para participar e pode acumular pontos por quanto tempo quiser antes de usá-los.

Os clientes também ganham pontos C6 Átomos ao conquistar medalhas que geram recompensas no C6 Experience, o programa de relacionamento que premia os clientes pelo uso dos pro-

duto e serviços do banco. Mas aqueles que quiserem acumular pontos C6 Átomos ainda mais rapidamente podem contratar um dos planos aceleradores disponíveis no *app* do C6 Bank.

Os pontos acumulados podem ser trocados por passagens aéreas na C6 Travel, *cashback* com dinheiro de volta na conta, mais de 60 mil produtos e serviços disponíveis na C6 Store, a loja virtual que fica dentro do aplicativo do banco, além da transferência para programas de pontos parceiros.

Também é possível utilizar os pontos C6 Átomos acumulados para pagar compras do cartão de crédito com o recurso Pague com Pontos (ou PWR, sigla para Pay With Rewards), famoso em outros países e que chegou ao Brasil exclusivamente no C6 Bank em parceria com a Mastercard.

PREVIDÊNCIA

Revisão da vida toda tem custo estimado de R\$ 480 bi

Cálculos do governo federal divergem das projeções do INSS e do Iprevid

São Paulo - Os riscos fiscais traçados pelo Orçamento de 2022 incluem ações e temas que são vistos como esperança de ganho para aposentados. São os casos da revisão da vida toda, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no começo de dezembro, e da aposentadoria especial pelo “pico de ruído”. A discussão desse tema refere-se ao critério utilizado para definir as condições de ruído às quais o trabalhador se expôs em sua vida laboral.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que deve-se utilizar o Nível de Exposição Normalizado (NEM), quando for possível e, quando não for, deve-se considerar o pico de ruído, ou seja, o de maior ruído aferido. As medições são feitas por meio de uma perícia técnica judicial, que deverá medir a persistência do ruído. Tais condições podem levar o trabalhador a ter direito à aposentadoria especial.

A maior parte desses julgamentos não tem um impacto financeiro definido. A revisão da vida toda tem custo estimado pelo governo federal em R\$ 480 bilhões. Os cálculos apresentados pelo governo em documentos como os riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em ações no STF são questionados por institutos e especialistas.

Em março, pouco depois de a revisão da vida toda passar pelo plenário virtual, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou que um julgamento do tema favorável aos aposentados implicaria aos cofres públicos um gasto extra de R\$ 360 bilhões em 15 anos – valor ainda maior que o calculado em 2021, de R\$ 46 bilhões em dez anos.

A União, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, estima que a aprovação do entendimento poderia impactar as contas



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

O INSS prevê um gasto extra de R\$ 360 bilhões em 15 anos com revisão des aposentadorias

públicas em R\$ 480 bilhões.

No cálculo do Instituto de Estudos Previdenciários (Iprevid), o ganho nas aposentadorias com a revisão é de 3,1%, valor 25% menor que o estimado pelo INSS.

“É difícil entender por que há tantas discrepâncias assim, principalmente se elas foram calculadas por órgãos do governo”, afirma Luis Eduardo Afonso, professor da USP e especialista em Previdência Social.

“Todo cálculo previdenciário pode apresentar diferenças, porque a gente está falando de valores distribuídos em períodos muito grandes de tempo”, afirma Afonso. “São valores muito elevados e, neste momento que o País vive, fundamentais para entender o impacto dessa medida», pondera.

Estratégia processual - Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), o cálculo de impacto de ações fiscais é calculado pela entidade que conduz a política pública afe-

tada. “A metodologia de cálculo não é disponibilizada por potencial comprometimento de estratégia processual”, afirma a instituição.

Com custo fiscal estimado pelo governo em R\$ 480 bilhões, a revisão da vida toda, julgada pelo STF em 1º de dezembro, corrigiu o que o

“Todo cálculo previdenciário pode apresentar diferenças, porque a gente está falando de valores distribuídos em períodos grandes de tempo”

tribunal entendeu como uma distorção da lei da Previdência de 1999. Na época, a reforma criou duas fórmulas de cálculo para a aposentadoria -a de transição e a definitiva. Os que usaram a primeira tiveram apenas as contribuições posteriores ao Plano Real, de

julho de 1994, consideradas. Tal cálculo pode ser desfavorável para parte dos aposentados, especialmente aqueles que tinham uma renda maior antes de 1994.

O STF precisa decidir se vigilantes e outras atividades perigosas, em que se comprova risco à integridade física, podem continuar com o direito à aposentadoria especial mesmo após a reforma da Previdência, que começou a valer em novembro de 2019. Em dezembro de 2020, o STJ já decidiu que, independentemente do porte de arma, a atividade do vigilante deve ser considerada especial. Tal categoria permite ao trabalhador aposentar-se quando completar 25 anos de profissão. Além de completar o período de trabalho, o cidadão que começou a contribuir após a reforma precisa ter, no mínimo, 60 anos. Para quem já estava no mercado, há regra de transição. O custo fiscal estimado pelo governo é de R\$ 151 bilhões. **(Daniela Arcanjo/Folhapress)**

Trabalhador autônomo segue regra diferente

Brasília - O trabalho por conta própria tem aumentado cada vez mais no Brasil. Em dezembro de 2021, o número desses trabalhadores chegou a 24,8 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse cenário, a aposentadoria para o trabalhador autônomo pode causar muitas dúvidas nos segurados que contribuem para essa categoria.

Quando se fala em aposentadoria para o autônomo, é preciso ter em mente que existem duas categorias. A primeira é a do contribuinte obrigatório, que é aquela pessoa que presta serviço e recebe dinheiro. “Então o contribuinte tem uma atividade remunerada, mas não é um funcionário, ele apenas presta serviço de forma autônoma. E nesse cenário, ele é obrigado a fazer o recolhimento”, explica a advogada da área de contencioso civil Tatiana Lowenthal.

Já o contribuinte facultativo é aquela pessoa que não recebe renda, como por exemplo, a pessoa que está por um período desempregada ou a dona de casa, para essas pessoas,

o recolhimento não o é obrigatório, é uma faculdade. A advogada esclarece que nesses dois cenários, o contribuinte pode fazer o recolhimento. “Sendo obrigatório realmente para que se tenha direito à aposentadoria, é necessário fazer o recolhimento, já o facultativo, ele faz se ele tiver condições”.

Como contribuinte individual, o profissional autônomo é um segurado obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como os empregados com carteira assinada. Portanto, o autônomo tem direito às mesmas aposentadorias que os demais segurados, com as mesmas regras: aposentadoria por idade e por tempo de contribuição. “A regra atual para aposentadoria do autônomo tem os seguintes critérios: para homens são necessários 65 anos ou mais, ou seja, tem que ter pelo menos 65 anos completos e para mulher precisa ter 62 anos ou mais, portanto, no mínimo 62 anos de idade. E pelo menos 15 anos de contribuição para o INSS”, explica Tatiana Lowenthal.

O percentual de contribuição do INSS para o autônomo que presta serviço para pessoa jurídica é de 20% sobre a remuneração. Quando o autônomo presta serviço para pessoa física, ele também recolhe 20%. O contribuinte também tem a possibilidade de optar por uma alíquota mais baixa, podendo pagar 11% sobre o valor do salário-mínimo, fazendo essa opção, obrigatoriamente o autônomo só vai ter direito à aposentadoria por idade.

Planejamento - A aposentadoria dos autônomos possui uma série de regras bem específicas e é responsabilidade do próprio autônomo observá-las corretamente para garantir o recebimento de sua aposentadoria no futuro. “A alternativa para aqueles autônomos que pretendem garantir uma aposentadoria no futuro é realizar um planejamento previdenciário”, aponta Tatiana Lowenthal.

A advogada destaca dois pontos que devem ser levados em consideração: a questão de realmente atender ao requisito da legislação e a

outra é atender a necessidade da pessoa. “Com relação ao requisito da legislação, são as questões da idade, do tempo de contribuição, então, hoje, se a pessoa presta serviço autônomo e vai começar a fazer os recolhimentos, o homem tem que ter pelo menos 50 anos de idade, porque os 50 anos mais os 15 de contribuição, vai atingir os 65 anos de idade, esse é o ponto mínimo do homem e a mulher 47”.

O segundo ponto, é o aspecto da necessidade no futuro. Para o contribuinte se aposentar com a renda maior que o salário-mínimo, a quantidade de tempo de contribuição precisa ser maior. “Quanto mais tempo de contribuição, mais isso vai interferir no cálculo e é possível fazer recolhimentos extras, recolhimentos adicionais enquanto o autônomo já está fazendo esses pagamentos para o INSS, uma vez que esses recolhimentos avulsos vão começar a refletir no valor da aposentadoria que vai ser concedida quando ele for pleitear com o INSS”, esclarece Tatiane Lowenthal. **(Brasil 61)**

FALANDO DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS



RODNEY COSTA

Cuidados necessários na concessão de férias

ROSENDO DE FÁTIMA VIEIRA JÚNIOR *

Com a chegada das festividades do Natal e Réveillon, combinado com o término do período letivo escolar, é comum a fruição das férias por trabalhadores nessa época do ano.

De acordo com a CLT, o empregado terá direito às férias após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de emprego, sendo elas concedidas, por ato do empregador, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o trabalhador tiver adquirido o direito, podendo ser usufruídas em até 3 (três) períodos, desde que com a sua concordância expressa e um deles não seja inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não inferiores a 5 (cinco) dias corridos, cada um.

A concessão das férias, por ato do empregador, deverá ser comunicada por escrito ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, sendo vedado o início no período de 02 (dois) dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado e o pagamento deverá ser realizado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Um cuidado especial que o empregador deve ter com relação às férias do seu empregado é quanto à concessão do período de descanso dentro do lapso de 12 (doze) meses subsequentes à data em que tiver adquirido o respectivo direito, sob pena de pagar em dobro a respectiva remuneração.

Importante destacar que todas essas regras são oriundas da CLT, ou seja, são previsões decorrentes de lei.

Outra situação que merecia atenção do empregador era sobre a data do pagamento, pois o Tribunal Superior do Trabalho havia consolidado o entendimento no sentido de que a realização fora do prazo legal conferia ao empregado o direito de receber de forma dobrada os respectivos valores das férias.

Essa medida punitiva, por outro lado, encontrava-se prevista na Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho e não decorria de lei, mas sim, de um entendimento da jurisprudência dos tribunais que se consolidou no verbete sumular.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente, declarou inconstitucional o entendimento consolidado na Súmula 450.

A partir desse julgamento não existe mais qualquer previsão de pagamento em dobro da remuneração das férias do empregado caso ele seja realizado fora do prazo legal.

O empregador deve atentar-se que somente para os casos em que o pagamento das férias tenha sido realizado fora do prazo legal é que não será devido ao empregado o respectivo valor de forma dobrada, conforme decisão do STF, no julgamento da ADPF 501.

Hipótese diversa acontece quando a concessão do período das férias seja realizada fora do prazo legal, conforme mencionado acima.

Para esses casos, ainda continua em vigor a penalidade prevista no artigo 137 da CLT que determina o pagamento em dobro da respectiva remuneração.

Diante disso, é importante os empregadores tomarem cuidados com os respectivos períodos de concessão de férias dos seus empregados (12 meses subsequentes à data em que o empregado tenha adquirido o direito) sob pena de ter que remunerá-las em dobro, por ser hipótese totalmente distinta da prevista na súmula 450 do TST que fora declarada inconstitucional.

* Membro da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG



RISCO DE CRÉDITO

Fitch mantém *rating* do Brasil em “BB-”

Agência internacional aponta que a perspectiva é estável, mas destacou as incertezas fiscais com o novo governo

São Paulo - A agência de classificação de risco Fitch afirmou ontem o *rating* do Brasil em “BB-”, com perspectiva estável, mas destacou as incertezas elevadas em relação aos planos do governo eleito e seus impactos sobre os desafios econômicos e fiscais.

“A perspectiva estável reflete a expectativa da Fitch de que o crescimento vai desacelerar no próximo ano e que a recente melhora fiscal vai piorar sob o novo governo, mas dentro de uma margem consistente com o *rating* atual, e de um ponto de partida melhor do que o esperado antes”, disse a agência em relatório.

“A incerteza é elevada em relação aos planos do novo governo e até que ponto eles podem aliviar ou agravar os desafios fiscais e econômicos. No entanto, a Fitch não espera políticas que comprometam a estabilidade econômica geral.”

Essa visão vem em meio ao esforço do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para viabilizar o pagamento de benefício social de R\$ 600 por família a partir do ano que vem. O caminho do presidente eleito para consegui-lo seria a PEC da Transição, que, em seu formato atual, prevê expansão do teto de gastos em R\$ 145 bilhões de forma a financiar o Bolsa Família.

“Um Congresso fragmentado, no qual os partidos conservadores obtiveram vitórias, pode representar uma limitação para a agenda de Lula, mas não é certo que represente uma força intensa para a disciplina fiscal na visão da Fitch, tendo em vista as medidas fiscais expansionistas tomadas antes das eleições e sendo consideradas atualmente durante o período de transição”, avaliou a agência de classificação de risco.

Segundo a Fitch, o *rating* do Brasil é pressionado negativamente pelo alto endividamento do governo, uma estrutura fiscal rígida, fraco potencial de crescimento econômico e um histórico de desafios de governabilidade, que dificultaram os esforços para abordar questões fiscais e econômicas e obscureceram a previsibilidade das políticas públicas.

Sobre o cenário microeconômico, a Fitch reconheceu que mudanças são prová-

veis durante o governo Lula, mas ponderou que propostas concretas ainda precisam ser anunciadas.

“É provável que o governo procure redirecionar as estratégias corporativas de empresas estatais, como a petroleira Petrobras e o banco de desenvolvimento BNDES, tendo criticado seu enxugamento e a mudança

Projeções - A Fitch espera que a economia brasileira cresça 3,0% em 2022, “refletindo um ímpeto surpreendentemente forte no ano, sustentado pelos estágios finais da reabertura econômica pós-pandemia, medidas de estímulo e um forte mercado de trabalho”.

No entanto, a expansão deve desacelerar para 0,7%

“A incerteza é elevada em relação aos planos do novo governo e até que ponto eles podem aliviar ou agravar os desafios fiscais e econômicos”

para políticas de preços baseadas no mercado nos últimos anos”, disse a Fitch. A agência ponderou que espera que tal mudança seja gradual, em vez de um retorno total a um intervencionismo agressivo.

A Fitch também disse esperar que as políticas monetária e cambial, bem como a independência do Banco Central, não sejam afetadas pelo novo governo.

em 2023, e “poderia ser sensível a políticas fiscais expansionistas, uma vez que estas poderiam alimentar a demanda doméstica, mas também afetar adversamente a confiança e forçar o Banco Central a prolongar ou intensificar a política monetária restritiva”, alertou a agência.

A Fitch espera que o superávit primário do governo suba para 1,3% do PIB em



Fitch Ratings projeta que o superávit primário do governo vai atingir 1,3% do PIB neste ano

2022, o que marcaria o melhor resultado desde 2013, mas projeta deterioração acentuada para déficit de 1,0% em 2023 como resultado de cortes de impostos, crescimento mais brando, arrefecimento dos preços das commodities e os esforços

do governo eleito para abrir espaço para maiores gastos sociais.

Sob o atual cenário da agência de classificação de risco, a dívida do governo cairá para 74,1% do PIB neste ano, recuperando seu nível de 2019. No entanto, a Fitch

projeta que a dívida subirá novamente para 80,0% até 2024, bem acima da mediana de 55% dos países com classificação ‘BB’, devido ao ressurgimento de déficits primários, crescimento mais lento e juros mais altos. **(Reuters)**

SEGUROS

Setor arrecadou R\$ 15 bilhões em outubro

O mercado de seguros fechou outubro em alta. Em mais um mês de crescimento, o setor faturou o equivalente a R\$ 15 bilhões, avanço de 24,5% no comparativo com o mesmo período do ano passado. Todos os segmentos apurados tiveram alta superior a 10% com destaque para Crédito e Garantia (+71,3%). Os dados fazem parte da 26ª edição do Boletim IRB+Mercado, relatório mensal da plataforma IRB+Inteligência, produzido com base nos dados publicados pela Susep.

No acumulado do ano, a arrecadação totaliza R\$ 141,7 bilhões de janeiro a outubro, crescimento de 22% ante os dez meses de 2021 ou um aumento de R\$ 25,6 bilhões. Os destaques ficam por conta dos seguros de Automóvel, com R\$ 10,7 bilhões a mais, e Vida, com incremento de R\$ 5,7 bilhões. Até outubro, Rural foi o segmento que mais teve alta no ano (+41,3%) e já

ultrapassou todo faturamento obtido em 2021, juntamente com Automóvel e Crédito e Garantia.

Em outubro, o Índice de Sinistros Ocorridos sobre o Faturamento de Competência registrou queda de 7,8 pontos percentuais (p.p.) na comparação com o mesmo mês de 2021. A recuperação na sinistralidade foi impulsivada, principalmente, pelo segmento Vida (-2,4 p.p.). No ano, o índice cresceu 0,8 p.p. em relação à taxa registrada no mesmo período do ano passado, devido, principalmente, ao segmento Rural (+28,3 p.p.).

Segmentos - Em outubro, Vida registrou faturamento de R\$ 5,2 bilhões, alta de 22,3%. No ano, o segmento, que representa 33,8% do total arrecadado pelo setor, totaliza R\$ 47,9 bilhões (+13,6%), sendo o produto Vida Individual (+24,4%) destaque. Nos dez primeiros meses

deste ano, a sinistralidade reduziu 15,6 p.p. e atingiu 31,9%, patamar semelhante ao anterior aos impactos da pandemia de Covid-19.

Já o segmento Automóvel registrou faturamento de R\$ 4,4 bilhões em outubro, alta de 32,3% na base anual. No acumulado de 2022, o segmento cresceu 34,6% (R\$ 41,5 bilhões). Segundo a TEx Analytics, o Índice de Preços de Seguro de Automóvel se manteve estável em 6,5% e, pelo terceiro mês consecutivo, não apresentou alta. A taxa de sinistralidade no segmento foi de 71,1% no acumulado dos dez meses do ano. No entanto, outubro, foi o primeiro mês do ano que registrou retração do indicador (-3,5 p.p.): 63,8%.

Danos e Responsabilidades faturou R\$ 2,4 bilhões em outubro (+10,9%) e R\$ 25,2 bilhões (+17,7%) no acumulado de 2022. A linha de negócio Transportes foi a que mais contribuiu para o avanço

mensal deste segmento de seguros. Já a taxa de sinistralidade até outubro caiu 4,5 p.p. e atingiu o menor nível para esse período desde 2014: 38,2%.

Individuais contra Danos faturou, em outubro, R\$ 1,1 bilhão (11,7%). O acumulado de 2022 do segmento foi de R\$ 10,6 bilhões (+9,8%), influenciado, sobretudo, pelo produto Compreensivo Residencial. Entre janeiro e outubro, a sinistralidade aumentou 2,1 p.p. e ficou em 36,9%. Entretanto, em outubro, a taxa apresentou a segunda queda mensal em relação ao mesmo mês de 2021 (-12 p.p.) e atingiu 35,2%.

Rural avançou, em outubro, 36,2%, no comparativo com o mesmo mês em 2021, ao arrecadar R\$ 1,2 bilhão. No acumulado, atingiu R\$ 11,9 bilhões e registrou variação positiva de 41,3%. O faturamento de janeiro a outubro de 2022 já supera em 23,2% o arrecadado em

tudo o ano de 2021. Apesar disso, o acumulado anual da taxa de sinistralidade ainda é alto: 107,6% frente aos 10M21.

Por último, Crédito e Garantia obteve, no décimo mês, arrecadação de R\$ 584 milhões (+71,3%), maior variação para um outubro desde 2014. O produto Crédito Interno foi o principal responsável por esse desempenho, com progresso de 97,1%. No acumulado do ano, o progresso do segmento foi de 25%, com cerca de R\$ 4,6 bilhões. Já a taxa de sinistralidade, em outubro, cresceu 56,7 p.p., atingindo 66,2% e, nos dez primeiros meses de 2022, foi de 34,4%, aumento de 15,8 p.p. em comparação a igual período de 2021.

O Boletim IRB+Mercado resume as operações de seguros, considerando os seguros de danos, responsabilidades e pessoas. A edição também lista os cinco maiores grupos seguradores por linha de negócios.

IDEIAS

Uma chance real de dar fim às dívidas

BEATRIZ CADORE*

O inadimplimento é um problema que constrange e que tira o sono, e, está longe de ser uma situação isolada. Ao contrário, o endividamento tornou-se um problema crônico no Brasil, de tal forma que hoje a imensa maioria da população se vê fazendo as contas para tentar encaixar todas as despesas e as dívidas dentro da renda familiar.

Uma das grandes ensejadoras da atual circunstância de endividamento é a pandemia, que desde o início de 2020 deu ensejo a uma devastação econômica global. A produção industrial e o comércio foram

gravemente afetados pelo isolamento social, provocando uma onda de desemprego, de aceleração da inflação e, na luta pela sobrevivência, também das dívidas. Hoje sentimos ainda mais o estrago financeiro que as famílias tentam superar.

É preciso reconhecer que ao longo desse período, o governo ofereceu linhas de crédito para que as empresas preservassem os empregos, pagando, inclusive, parte dos salários; fez decretos extremamente ousados, que se contrapunham firmemente à Consolidação das Leis do Trabalho; reduziu parte dos tributos e conseguiu controlar

ao menos em parte a inflação que assolou os brasileiros. Contudo, diante deste cenário caótico, o endividamento foi quase que inevitável.

Em outubro 79,3% das famílias brasileiras que recebem até 10 salários mínimos encontravam-se endividados. Deste percentual, 30% possuem pelo menos um pagamento em atraso. Os números da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), só reforçam o apontamento para a necessidade dos brasileiros adimplirem seus débitos.

A Lei 14.181/21, conhecida

por Lei do Superendividamento, que atualizou o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), viabiliza a negociação do pagamento dos débitos sem comprometer a renda familiar. Entre as dívidas que podem ser enquadradas aos benefícios da lei estão as contas como água, luz e telefone; os empréstimos contraídos junto a bancos e financeiras; os crediários e os parcelamentos. Por outro lado, a lei não contempla dívidas por compras de artigos de luxo, impostos e tributos, créditos habitacionais, pensão alimentícia nem crédito rural.

Uma das medidas primárias da lei é que os fornecedores de-

vem informar ao consumidor sobre seu real débito, sobre as taxas de juros e os encargos, a multa a que ele está sujeito por atraso do pagamento, o valor total das parcelas e o custo efetivo total dos empréstimos para os contratantes.

A partir daí, o devedor consegue fazer uma renegociação em bloco com os credores, propondo um acordo coletivo com todos eles de uma só vez. Para isso, é necessário recorrer aos órgãos de defesa do consumidor ou ao poder judiciário, já dispondo de uma organização financeira mínima: é importante dispor do valor integral devido, e também já ter calculado a

quantia básica necessária do orçamento familiar para a manutenção das despesas.

É importante o consumidor ter em mente que a negociação tende a apresentar condições mais favoráveis do que em circunstâncias normais, ainda que não julguem ser totalmente satisfatórias. Portanto, para consumidores de boa-fé que não dispõem mais de garantias suficientes para quitar as dívidas, tanto as vencidas quanto as que ainda irão vencer, vale a pena recorrer à nova legislação.

* Advogada do BLJ Direito e Negócio - contorladoria@bjunqueira.com

Bovespa

Movimento do Pregão 20/12

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +2,03% ao marcar 106864.11 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 28.863.447.160. As maiores altas foram GOL PN, VIA ON, GRUPO NATURA ON, MAGAZ LUIZA ON e AZUL PN. As maiores baixas foram FLEURY ON, QUALICORP ON, MARFRIG ON, SUZANO S.A. ON e AMBEV S/A ON.

Pregão do dia 19/12

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.533.303	2.036.750	71,67	21.565.934,03	87,44
FRACIONARIO	297.232	4.301	0,15	64.555,34	0,26
DEMAIS ATIVOS	660.716	75.028	2,64	1.811.569,76	7,34
TOTAL A VISTA	3.491.246	2.116.079	74,47	23.442.057,51	95,04
TERMO	749	4.542	0,15	57.326,25	0,23
OPCOES COMPRA	105.515	414.675	14,59	271.083,32	1,09
OPCOES VENDA	62.777	290.847	10,23	336.159,31	1,36
OPC.COMP.INDICE	1831	34	0,00	84.834,27	0,34
OPC.VEND.INDICE	714	43	0,00	99.245,28	0,40
TOTAL DE OPCOES	170.837	705.600	24,83	791.322,19	3,20
BOVESPAFIX	644	139	0,00	13.413,90	0,05
TOTAL GERAL	3.803.122	2.841.503	100,00	24.663.553,83	100,00
PARTIC. NOVO MERCADO	1.941.986	1.902.054	66,93	13.794.393,50	55,93
PARTIC. NIVEL 1	495.053	434.499	15,29	4.247.526,04	17,22
PARTIC. NIVEL 2	435.735	310.379	10,92	3.220.807,51	13,05
PARTIC. BALCAO ORGANIZADO	473	2	0,00	449,67	0,00
PARTIC. MAIS	63	13	0,00	99,36	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.946.034	1.677.340	59,03	19.588.671,97	79,42
PARTIC. IBRX 50	1.388.677	1.368.733	48,16	16.581.578,82	67,23
PARTIC. IBRX 100	2.033.075	1.705.904	60,03	19.971.080,45	80,97
PARTIC. IBRA	2.469.250	1.922.841	67,66	21.436.948,01	86,91
PARTIC. MIDLARGE	1.499.460	1.121.319	39,46	16.668.331,89	67,58
PARTIC. SMALL	972.340	802.031	28,22	4.770.320,96	19,34
PARTIC. ISE	957.948	981.561	34,54	8.942.092,63	36,25
PARTIC. IC02	1.451.049	1.317.450	46,36	14.467.839,56	58,66
PARTIC. IEE	211.155	80.496	2,83	1.721.821,81	6,98
PARTIC. INDX	534.083	317.898	11,18	4.107.266,66	16,65
PARTIC. ICONSUMO	911.795	994.327	34,99	6.487.478,57	26,30
PARTIC. IMOBILIARIO	174.222	70.198	2,47	689.570,31	2,79
PARTIC. IFINANCEIRO	406.643	338.530	11,91	4.293.331,17	17,40
PARTIC. IMAT	274.867	152.721	5,37	4.071.237,89	16,50
PARTIC. UTIL	257.243	91.239	3,21	2.032.644,42	8,24
PARTIC. IBVX 2	1.001.175	861.588	30,32	7.617.276,23	30,88
PARTIC. IGC	2.417.628	1.882.656	66,25	20.514.546,43	83,17
PARTIC. IGCT	2.386.237	1.861.378	65,50	20.462.106,71	82,96
PARTIC. IGNM	1.704.614	1.454.268	51,17	13.298.629,20	53,92
PARTIC. ITAG ALONG	2.276.065	1.775.060	62,46	19.043.800,34	77,21
PARTIC. IDIV	846.245	464.079	16,33	9.507.352,02	38,54
PARTIC. IFIX	416.918	4.296	0,15	223.163,76	0,90
PARTIC. BDRX	34.005	7.416	0,26	214.660,27	0,87
PARTIC. IFIL	366.961	3.776	0,13	204.147,57	0,82

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócio Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO SGTK	CI	74,93	73,61	75,30	74,28	74,40	-1,19+	70,92	76,00	19	488
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	46,85	46,85	46,85	46,85	46,85	-	-	50,00	1	1
AIBB34	ABB LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	34,35	43,00	-	-
AICR34	AMCOR PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	71,50	-	-
AIDI34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	224,00	-	-	-
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	488,00	488,00	488,00	488,00	488,00	-	400,00	524,00	1	1
AIEE34	AMEREN CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	121,00	-	-	-
AIEG34	AEGON NV	DRN	26,10	26,08	26,10	26,09	26,08	3,49+	18,50	27,00	4	11
AIEN34	ALLIANT ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	151,00	-	-	-
AIEP34	AMERICAN ELE	DRN	260,48	260,48	260,48	260,48	260,48	-	110,00	-	1	1
AIES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	78,00	-	-	-
AIFL34	AFLAC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	160,00	-	-	-
AIGI34	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
AIGN34	ALLEGION PLC	DRN ED	-	-	-	-	-	-	136,00	-	-	-
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	40,60	39,30	40,60	40,08	39,30	-3,20+	38,89	43,43	14	99
AIKA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	41,50	-	-	-
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN ED	54,40	51,36	54,40	52,67	51,36	-3,00+	51,00	51,85	14	264
AILG34	ALION TECHNO	DRN	263,70	262,59	266,35	264,21	262,59	-2,74+	222,30	309,50	3	3
AILK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	108,00	355,00	-	-
AILL34	BREAD FINAN	DRN	52,00	49,55	52,00	49,88	49,65	0,64+	48,50	57,50	6	473
AILN34	ALNYLAM PHAR	DRN	61,98	61,98	62,34	62,14	62,04	6,16+	45,00	-	5	5
AIMB34	AMERISOURCE	DRN	444,00	444,00	444,00	444,00	444,00	2,11+	185,00	-	1	20
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	43,65	42,31	43,65	42,95	42,55	-1,64+	42,32	45,00	33	3.593
AIME34	AMETEK INC	DRN	30,15	30,15	30,15	30,15	30,15	-	-	-	1	17
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	405,90	404,94	405,90	405,86	404,94	-2,11+	214,00	-	3	57
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	55,11	54,50	55,24	55,02	54,55	-1,88+	54,00	-	119	328
AIMX34	AMERICAMOVIL	DRN	47,92	47,92	47,92	47,92	47,92	0,25+	36,08	-	1	1
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	160,97	160,97	160,97	160,97	160,97	-1,77+	86,00	185,84	1	4
AINS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-
AION34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
AIOS34	AO SMITH COR	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
AIAP34	APA CORP	DRN	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	-3,04+	115,00	-	2	130
AIPD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN	191,04	191,03	191,04	191,03	191,03	-2,03+	159,17	312,50	2	8
AIRC34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	39,00	-	-	-
AISN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,60	-	-
AISU34	ASSURANT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-
AITH34	AUTOHOME INC	DRN	16,38	16,38	16,73	16,72	16,73	1,95+	13,00	-	3	1.255
AITM34	ATMOS ENERGY	DRN	-	-	-	-	-	-	141,00	-	-	-
AITT34	ALLSTATE COR	DRN	29,05	29,05	29,05	29,05	29,05	2,25+	-	-	1	50
AUIA34	ANGLOGOLD AS	DRN	25,76	24,82	25,76	25,17	24,82	0,08+	16,30	25,76	4	518
AUIU34	AUTODESK INC	DRN	250,00	250,00	250,48	250,42	250,48	-1,08+	225,60	260,00	3	1.165
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN	-	-	-	-	-	-	169,95	260,00	-	-
AIWK34	AMERICAN WAT	DRN	190,22	190,22	202,50	196,23	202,50	5,34+	85,00	-	4	20
AIYX34	ALTERYX INC	DRN	12,93	12,93	12,93	12,93	12,93	-0,53+	10,80	17,99	1	3
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	60,00	60,00	60,10	60,09	60,00	-0,28+	53,00	60,20	3	21
AZMB34	AMBARRELLA IN	DRN	17,24	17,16	17,31	17,23	17,31	-4,25+	10,00	-	3	293
AZMC34	AMC ENTERT H	DRN	4,69	4,25	4,69	4,45	4,30	-7,72+	4,30	4,55	51	8.226
AZMR34	AMYRIS INC	DRN	11,41	10,82	11,60	11,50	10,85	10,94+	8,00	12,12	41	12.756
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN ED	35,33	35,33	35,33	35,33	35,33	-1,61+	15,12	-	1	24
AZRR34	ARROWHEAD PH	DRN	20,80	20,80	20,80	20,80	20,80	-1,51+	-	-	1	1
AZXO34	AXON ENTERPR	DRN	49,93	49,93	49,93	49,93	49,93	-1,20+	-	-	1	429
AZT34	AZENTA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-
AACO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	68,03	66,08	68,06	67,02	66,08	-2,10+	62,96	72,50	12	1.093
AALI34	ALLIAR	ON NM	21,25	20,95	21,44	21,21	21,33	0,37+	21,33	21,34	2.142	695.600
AAPL34	APPLE	DRN	35,89	34,75	36,02	35,28	34,95	-2,34+	34,88	34,95	1.962	245.689
ABBV34	ABBVIE	DRN	53,99	53,02	54,69	53,91	53,30	0,11+	47,47	56,00	30	4.333
ABC4	ABC BRASIL	PN N2	18,31	18,23	18,66	18,45	18,41	1,09+	18,40	18,41	3.721	650.700
ABEV3	AMBEV S/A	ON	14,98	14,92	15,47	15,26	15,23	2,55+	15,23	15,24	38.205	43.156.700
ABTT34	ABBOTT	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	50,35	-	-
ABUD34	AB INBEV	DRN	52,79	52,41	52,79	52,78	52,41	0,82+	38,66	56,00	2	43
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.300,00	1.528,00	-	-
ACW111	TREND ACWI	CI	9,27	9,15	9,30	9,18	9,19	-0,86+	9,19	9,35	117	725.154
ADBE34	ADOBE INC	DRN	36,23	34,73	36,23	34,95	34,73	-4,14+	34,72	36,50	27	5.742
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN ED	-	-	-	-	-	-	41,99	58,40	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,90	0,90	1,05	0,99	0,98	11,36+	0,98	0,99	6.183	17.314.800
AESB3	AES BRASIL	ON ES NM	9,13	9,12	9,44	9,31	9,40	3,52+	9,37	9,40	4.709	15.485.500
AFLT3	AFLUENTE T	ON	9,20	9,20	9,20	9,20	9,20	-0,86+	9,12	9,20	3	300
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	43,08	43,08	43,90	43,39	43,90	1,90+	43,00	44,60	11	148
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	26,61	26,61	27,47	27,11	27,25	2,44+	27,24	27,27	2.074	344.000
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	8,21	7,88	8,55	8,21	8,55	7,00+	7,94	8,55	507	90.000
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	13,30	30,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	14,00	23,00	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	-	33,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN ED	324,39	324,39	324,39	324,39	324,39	-1,00+	324,00	-	1	3
AIRB34	AIRBNB	DRN	23,94	22,64	23,94	22,99	22,64	-4,51+	22,64	23,29	77	5.052
ALLD3	ALLIED	ON NM	5,59	5,51	5,65	5,57	5,57	-0,35+	5,57	5,59	118	22.700
ALPA3	ALPARCARGAT	ON N1	11,59	11,59	11,94	11,78	11,86	0,46+	11,60	11,92	18	2.400
ALPA4	ALPARCARGAT	PN N1	13,23	13,23	14,30	13,80	14,23	7,31+	14,21	14,24	17.441	4.543.300
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	1,65	1,60	1,65	1,62	1,61	-1,22+	1,60	1,61	99	41.900
ALUO3	ALVIANSCONAE	ON NM	15,97	15,83	16,25	16,06	16,05	0,87+	16,05	16,11	7.810	2.573.400
ALCI11	INVESTO ALIC	CI	35,48	34,23	35,48	34,93	34,60	-1,84+	34,22	34,64	61	1.879
ALUPI1	ALUPAR	UNT N2	26,50	25,91	26,55	26,27	25,91	-2,22+	25,91	26,08	5.936	1.361.700
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,19	9,84	10,19	9,40	8,94	-13,20+	8,90	9,36	268	56.400
ALUP4	ALUPAR	PN N2	8,30	8,20	8,61	8,45	8,42	1,56+	8,42	8,50	173	29.700
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,07	1,06	1,14	1,10	1,12	1,67+	1,11	1,12	3.637	8.567.700
AMBR3	AMBIPAR	ON NM	19,06	19,02	19,93	19,53	19,76	3,94+	19,76	19,77	5.888	1.080.600
AMER3	AMERICANAS	ON NM	7,39	7,37	8,56	7,95	8,28	12,65+	8,27	8,28	28.959	58.364.400
AMGN34	AMGEN	DRN	50,22	50,22	50,22	50,22	50,22	0,09+	49,97	-	1	1
AMZO34	AMAZON	DRN	23,44	22,35	23,47	22,67	22,37	-2,82+	22,37	22,60	2.821	880.066
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,72	3,68	3,92	3,81	3,81	-2,97+	3,81	3,82	7.965	6.668.700
APER3	ALPER SA	ON NM	26,25	25,85	27,00	26,41	26,50	-0,18+	26,00	26,93	51	10.500
APT13	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APT14	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APT34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	9,70	9,10	9,78	9,54	9,51	-0,62+	9,51	9,55	5.548	1.214.000
ARMT34	ARCELOR	DRN	67,92	67,13	68,58	68,40	67,13	-0,31+	60,00	67,90	9	3.673
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	197,75	197,75	197,75	197,75	197,75	-	-	-	1	1
ARZZ3	AREZZO CO	ON EJ NM	73,69	73,73	77,45	76,37	77,13	5,20+	77,09	77,13	6.581	1.158.000
ASAI3	ASSAI	ON NM	18,84	18,82	19,62	19,30	19,55	4,48+	19,52	19,55	17.575	7.150.400
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,47	7,41	7,51	7,44	7,45	-0,26+	7,25	7,65	22	7.334
ASML34	ASML HOLD	DRN	55,18	54,44	55,61	55,32	54,56	-1,15+	54,00	61,00	13	469
ATOM3	ATOMPAP	ON	2,25	2,17	2,33	2,24	2,33	2,64+	2,30	2,33	390	72.800
ATT34	ATT INC	DRN	32,24	31,33	32,44	31,53	31,33	-1,66+	31,33	32,32	67	2.399
ATV134	ACTIVISION	DRN	402,44	400,76	405,70	404,50	403,05	-0,02+	372,91	419,99	20	3.253
AURA3	AURA 360	DR3 ED	29,32	29,01	29,89	29,33	29,30	-0,06+	29,21	29,30	9.003	146.413
AURE3	AUREN	ON NM	14,34	14,24	14,71	14,53	14,52	1,11+	14,52	14,53	10.905	3.838.800
AVGO34	BROADCOM INC	DRN ED	41,99	41,45	42,05	42,04	41,45	-0,73+	40,00	42,55	6	328
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	-	-	-	-</						

Continuação

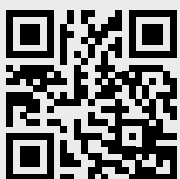
									Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)				
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRGE8	ALFA CONSORC	PND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	2,53	2,48	2,63	2,56	2,51	0,40+	-	-	-	-
BRIV3	ALFA INVEST	ON	9,00	9,00	9,14	9,09	9,14	1,44+	-	-	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	-2,29+	-	-	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON NI	24,18	23,20	24,18	23,54	23,21	-4,01-	-	-	-	-
BRKM5	BRASKEM	PNA NI	22,83	22,23	23,03	22,54	22,47	-0,39-	-	-	-	-
BRKM6	BRASKEM	PNB NI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	7,75	7,75	7,99	7,87	7,88	2,33+	-	-	-	-
BRPR3	BR PROPERT	ON NM	5,86	5,86	6,00	5,92	5,93	1,54+	-	-	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON E3 NI	10,21	10,14	10,66	10,36	10,36	1,46+	-	-	-	-
BRSR5	BANRISUL	PNA E3 NI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB E3 NI	9,16	9,13	9,35	9,24	9,32	1,08+	-	-	-	-
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE	22,00	22,00	22,00	22,00	22,00	2,23+	-	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE ED	58,95	58,33	58,95	58,82	58,33	0,56+	-	-	-	-
BSHY39	BKR1 3 YRTR	DRE ED	54,63	54,56	54,63	54,59	54,56	0,45+	-	-	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	29,54	28,89	29,63	29,23	28,89	-3,21-	-	-	-	-
BSIZ39	MSCIASIASIFZ	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	13,39	13,39	13,39	13,39	13,39	-	-	-	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	37,80	37,21	38,00	37,34	37,28	-1,11-	-	-	-	-
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	39,44	38,92	39,44	39,10	38,92	-1,71-	-	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	20,26	20,02	20,26	20,14	20,02	-1,18-	-	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE ED	47,95	47,05	47,95	47,50	47,05	-1,75-	-	-	-	-
BSRE39	GX SUDVIREIT	DRE	39,39	39,09	39,39	39,16	39,09	-0,07+	-	-	-	-
BTEK1	INVESTO BTEK	CI	66,82	65,61	67,06	66,28	66,10	-2,00-	-	-	-	-
BTLL39	BKR 20YR TRS	DRE ED	37,64	37,42	37,64	37,50	37,42	-1,16-	-	-	-	-
BURA39	GX URANIUM	DRE	34,53	33,60	34,71	33,98	33,67	-1,80-	-	-	-	-
BURT39	BKR MS WLD	DRE ED	40,38	38,32	40,38	39,38	38,32	-5,11-	-	-	-	-
BUSM39	MCSI US MVOL	DRE ED	47,38	47,38	47,38	47,38	47,38	-0,81-	-	-	-	-
BUSR39	CORE US REIT	DRE ED	44,44	43,25	44,44	43,58	43,33	-0,39-	-	-	-	-
BUTL39	BKR US UTILT	DRE ED	57,35	57,35	57,35	57,35	57,35	0,89+	-	-	-	-
BXP01	INVESTO BXP0	CI	100,86	100,00	100,86	100,10	100,35	0,10+	-	-	-	-
BXTC39	EXPON TECHN	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIAB34	CABLE ONE IN	DRN	18,76	18,22	18,76	18,49	18,22	-0,81-	-	-	-	-
CIAG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIAH34	CARDINAL HEA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIBL34	CHUBB LTD	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIBR34	CBRE GROUP I	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIBS34	PARAMOUNT GL	DRN ED	90,94	89,37	90,94	89,54	89,37	-1,72-	-	-	-	-
CICI34	CROWN CASTLE	DRN ED	176,84	176,84	176,84	176,84	176,84	-4,64+	-	-	-	-
CICL34	CARNIVAL CORP	DRN	45,41	42,70	45,41	43,91	42,70	-4,06+	-	-	-	-
CIDN34	CADENCE DESI	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIFC34	CITIZENS FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIF34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIGP34	COSTAR GROUP	DRN	4,13	4,13	4,15	4,14	4,15	0,72+	-	-	-	-
CIHK34	CHECK POINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIIC34	CIGNA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIMA34	COMERICA INC	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIMC34	CHIPOTLE MEX	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIM34	CUMMINS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIM34	CMS ENERGY C	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CINC34	CENTENE CORP	DRN	435,59	428,93	435,59	433,73	428,93	-1,04+	-	-	-	-
CINP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CINS34	CELANESE COR	DRN	266,30	266,30	266,30	266,30	266,30	-0,59-	-	-	-	-
CIOC34	COTERRA ENER	DRN	131,56	131,56	131,56	131,56	131,56	-0,68+	-	-	-	-
CIOO34	COOPER COMPA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIOU34	COUPA SFTWA	DRN	13,87	13,87	13,87	13,87	13,87	-0,28+	-	-	-	-
CIPR34	COPART INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIRR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CISU34	CREDIT SUISS	DRN	8,19	7,96	8,27	8,03	7,96	-2,45+	-	-	-	-
CIT34	CINTAS CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CITV34	CORTEVA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,02	2,02	2,02	2,02	2,02	=	-	-	-	-
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C2O34	COINBASEGLOB	DRN	7,77	7,35	7,77	7,45	7,40	-4,88+	-	-	-	-
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C2PR34	COUSINS PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	-3,23+	-	-	-	-
CAJ134	CANON INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAL13	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON E3	5,70	5,70	5,97	5,84	5,88	2,43+	-	-	-	-
CAML3	CAMIL	ON NM	8,19	8,07	8,34	8,23	8,25	0,97+	-	-	-	-
CAON34	CAPITAL ONE	DRN										

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados			
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade		
HIDB34	HDFC BANK LT	DRN	72,59	72,59	72,59	72,59	72,59	0,38+	-	-	1	23	-	-
HIFC34	HF SINCLAIR	DRN	-	-	-	-	-	-	182,00	-	-	-	-	-
HIIG34	HARTFORD FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	184,00	-	-	-	-	-
HIIL34	HUNTINGTON I	DRN	16,12	15,98	16,12	16,09	15,98	1,01+	15,72	-	4	30	-	-
HIOG34	HARLEY-DAVID	DRN ED	-	-	-	-	-	-	227,77	-	-	-	-	-
HIOL34	HOLOGIC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	194,00	-	-	-	-	-
HIPE34	HEWLETT PACK	DRN ED	81,44	81,44	81,44	81,44	81,44	-5,28+	-	85,98	-	-	-	-
HIRB34	HER BLOCK IN	DRN	222,30	222,30	222,30	222,30	222,30	-	103,00	-	1	4	-	-
HIRL34	HORMEL FOODS	DRN	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-	-	-
HISB34	HSBC HOLDING	DRN	39,80	39,80	39,80	39,80	39,80	1,27+	37,48	39,79	1	10	-	-
HIST34	HOST HOTELS	DRN	88,56	88,56	88,56	88,56	88,56	-0,65+	72,98	-	1	6	-	-
HITH34	H WORLD GRP	DRN	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	-
HIUM34	HUMANA INC	DRN	59,10	59,10	59,10	59,10	59,10	0,28+	-	-	1	18	-	-
HIZN34	HORIZON THER	DRN	59,91	59,70	60,15	59,94	59,76	-0,30+	40,00	-	203	251	-	-
HZUB34	HUGSPOT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	27,30	-	-	-	-	-
HACA3	HABA S/A	ON	3,77	3,69	3,87	3,74	3,75	-0,53+	3,39	3,74	10	2.800	-	-
HACA4	HAGA S/A	PN	1,12	1,11	1,13	1,12	1,12	-0,88+	1,12	1,13	11	13.500	-	-
HALI34	HALLIBURTON	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-	-	-
HAPV3	HAPVIDA	ON NM	4,60	4,46	4,68	4,59	4,59	-	4,58	4,59	26.072	43.786.000	-	-
HBOR3	HELBOR	ON NM	1,97	1,93	2,04	1,99	1,99	1,53+	1,99	2,00	2.515	966.800	-	-
HBR3	HER REALTY	ON NM	4,31	4,28	4,50	4,37	4,35	-	4,28	4,35	122	225.400	-	-
HBSA3	HIDROVIAS	ON NM	2,27	2,15	2,31	2,26	2,22	-2,20+	2,21	2,22	6.364	3.852.700	-	-
HBT5	HABITASUL	PNA	-	-	-	-	-	-	33,28	-	-	-	-	-
HEIA34	HEINEKEN	DRN	-	-	-	-	-	-	57,25	-	-	-	-	-
HEIO34	HEINEKEN HO	DRN	-	-	-	-	-	-	22,90	-	-	-	-	-
HETA3	HERCULES	ON	-	-	-	-	-	-	3,00	96,00	-	-	-	-
HETA4	HERCULES	PN	-	-	-	-	-	-	3,81	4,05	-	-	-	-
HOM34	HOME DEPOT	DRN	60,93	59,81	61,18	60,30	59,88	-2,17+	58,50	61,00	34	5.249	-	-
HONB34	HONEYWELL	DRN	-	-	-	-	-	-	485,00	-	-	-	-	-
HOND34	HONDA MO	DRN	132,34	120,03	132,47	124,59	124,30	-0,37+	120,02	138,00	9	47	-	-
HPQB34	HP COMPANY	DRN ED	141,13	140,14	143,36	140,58	140,14	-0,70+	138,35	-	25	665	-	-
HSHY34	HERSHEY CO	DRN	248,00	248,00	248,00	248,00	248,00	2,90+	123,00	265,00	1	6	-	-
HTEKI1	IT NOW HCARE	CI	53,30	50,33	53,30	50,94	50,33	0,55+	50,08	54,00	4	9	-	-
HYPE3	HYPERA	ON NM	42,67	42,42	43,79	43,27	43,35	1,97+	43,35	43,40	19.868	3.425.900	-	-
IAC34	IAC INTERACT	DRN	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-	-	-
IBN34	ICICI BANK L	DRN	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-	-	-
ICE34	INTERCONTINE	DRN ED	-	-	-	-	-	-	209,94	-	-	-	-	-
IDX34	IDEXX LABORA	DRN	-	-	-	-	-	-	175,00	-	-	-	-	-
IIF34	FLAVOR FLAGR	DRN	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	-	-	-
IIGH34	INT EXCHANGE	DRN	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-	-	-	-
ILM34	ILLUMINA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	200,79	-	-	-	-	-
IINC34	INCYTE CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	94,00	-	-	-	-	-
IP34	INTERNATIONA	DRN	-	-	-	-	-	-	114,00	-	-	-	-	-
IIPG34	IPG PHOTONIC	DRN	-	-	-	-	-	-	124,00	-	-	-	-	-
IIPH34	INTERPUBLIC	DRN	-	-	-	-	-	-	77,00	-	-	-	-	-
IQV34	IQVIA HOLDIN	DRN	268,11	268,11	268,11	268,11	268,11	0,78+	144,00	-	1	1	-	-
IQY34	IQVY INC	DRN	10,00	9,88	10,00	9,96	9,97	0,50+	5,05	10,49	4	604	-	-
IIRM34	IRON MOUNTAI	DRN ED	271,91	264,06	271,91	266,58	264,06	-2,88+	155,00	-	7	44	-	-
IIRP34	TRANE TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	191,00	-	-	-	-	-
IISR34	INTUITIVE SU	DRN	70,21	70,07	70,21	70,10	70,07	1,33+	60,03	70,00	2	8	-	-
ITW34	ILLINOIS TOO	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-	-	-
IVZ34	INVESCO LTD	DRN	97,60	97,60	97,60	97,60	97,60	-5,57+	41,00	-	1	1	-	-
IZNC34	INGREDION IN	DRN	-	-	-	-	-	-	64,61	-	-	-	-	-
IZRS34	INGERSOLL RD	DRN	44,95	44,95	44,95	44,95	44,95	-1,77+	-	-	1	7	-	-
IBMB34	IBM	DRN	745,28	734,03	745,93	740,73	734,03	-1,24+	700,00	735,00	3	7	-	-
IBOB1	PACTUAL IBOV	CI	83,88	83,88	84,89	84,39	84,40	1,63+	84,39	85,26	9	477.267	-	-
IFCM3	INFRACOMM	ON NM	2,58	2,43	2,66	2,53	2,52	-2,32+	2,52	2,55	2.735	578.600	-	-
IGTI11	IGUATEMI S.A	UNT N1	16,91	16,86	17,71	17,45	17,43	3,62+	17,41	17,43	13.723	2.689.700	-	-
IGT13	IGUATEMI S.A	ON N1	2,38	2,37	2,50	2,45	2,44	2,52+	2,44	2,50	715	405.500	-	-
IGT14	IGUATEMI S.A	PN N1	7,39	7,36	7,46	7,41	7,40	1,50+	5,60	7,77	118	11.800	-	-
INBR32	INTER CO	DR2	9,58	9,47	9,99	9,79	9,86	3,78+	9,86	9,87	16.153	1.597.846	-	-
INEP3	INEPAR	ON	0,93	0,93	1,02	0,97	1,00	7,52+	0,98	1,00	515	1.672.700	-	-
INEP4	INEPAR	PN	0,86	0,86	0,93	0,90	0,92	4,54+	0,89	0,92	301	941.900	-	-
INGC34	ING GROEP	DRN	62,95	62,95	62,95	62,95	62,95	0,01+	40,00	-	1	2	-	-
INTB3	INTELBRAS	ON NM	27,15	26,60	27,90	27,34	27,65	2,36+	27,63	27,65	5.211	832.700	-	-
IRBR3	IRBRASIL RE	ON NM	0,72	0,71	0,78	0,74	0,77	6,94+	0,76	0,77	10.765	48.030.600	-	-
ISUS11	IT NOW ISE	CI	29,35	29,35	30,40	29,89	30,00	2,21+	28,76	35,00	21	743	-	-
ITLC34	INTEL	DRN	23,58	23,42	23,97	23,67	23,44	-0,59+	23,44	23,64	79	7.247	-	-
ITSA3	ITAUSA	ON E3 N1	8,65	8,63	8,86	8,75	8,81	2,08+	8,80	8,86	294	125.900	-	-
ITSA4	ITAUSA	PN E3 N1	8,06	8,05	8,34	8,23	8,31	3,22+	8,30	8,31	29.889	22.389.600	-	-
ITUB3	ITAUNIBANCO	ON E3 N1	20,61	20,47	20,97	20,79	20,85	1,55+	20,84	20,85	2.603	962.900	-	-
ITUB4	ITAUNIBANCO	PN E3 N1	23,79	23,65	24,48	24,17	24,39	2,99+	24,37	24,39	64.896	48.477.100	-	-
IVVB1	ISHARE SP500	CI	225,34	221,50	225,82	222,88	222,63	-0,98+	222,14	222,63	6.316	325.270	-	-
JIC134	JOHNSON CONT	DRN ED	333,54	333,54	333,54	333,54	333,54	-0,56+	-	-	1	1	-	-
JIEF34	JEFFERIES FI	DRN	186,20	186,20	186,20	186,20	186,20	-0,42+	160,02	-	1	10	-	-
JIEG34	JACOBS SOLUT	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-	-	-
JIKH34	JACK HENRY	DRN	-	-	-	-	-	-	123,00	-	-	-	-	-
JINP34	JUNIPER NETW	DRN	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-	-	-
JIWN34	NORDSTROM IN	DRN	-	-	-	-	-	-	60,00	135,00	-	-	-	-
J2AZ34	JAZZ PHARMAC	DRN	56,00	56,00	56,00	56,00	56,00	2,22+	-	-	1	2	-	-
JALL3	JALLESMACHAD	ON NM	7,09	6,98	7,28	7,17	7,28	4,00+	7,21	7,28	2.949	497.500	-	-
JBS53	JBS	ON NM	20,52	20,18	20,99	20,46	20,40	-0,09+	20,39	20,40	24.583	7.398.800	-	-
JDCO34	JD COM	DRN	50,98	50,50	50,98	50,86	50,50	0,31+	35,00	50,90	5	1.345	-	-
JHSF3	JHSF PART	ON ED NM	4,58	4,56	4,86	4,73	4,81	5,71+	4,81	4,83	8.836	2.950.000	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados		
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade	
JNDB34	JOHNSON	DRN	61,79	61,57	62,49	61,81	61,71	-0,03+	61,71	62,38	281	20.443	-
JOG011	INVESTO JOGO	CI	57,89	55,87	57,90	56,17	56,40	-2,59+	55,97	56,78	246	12.390	-
JOPA3	JOSAPAR	ON	-	-	-	-	-	-	21,60	23,70	-	-	-
JOPA4	JOSAPAR	PN	-	-	-	-	-	-	27,00	45,00	-	-	-
JPMC34	JPMORGAN	DRN	68,68	68,52	69,91	69,07	68,57	-0,10+	68,57	69,10	373	24.171	-
JSLG3	JSL	ON NM	5,38	5,35	5,51	5,42	5,40	0,93+	5,36	5,40	1.532	347.300	-
KIEL34	KELLOGG CO	DRN	191,52	191,33	192,28	191,77	192,28	1,91+	140,00	-	4	6	-
KIEY34	KEYCORP	DRN	88,38	87,67	88,48	88,25	88,38	-3,69+	87,46	90,00	21	99	-
KIIM34	KIMCO REALTY	DRN ED	-	-	-	-	-	-	55,00	-	-	-	-
KILA34	KLA CORP	DRN	503,37	503,37	503,37	503,37	503,37	-0,92+	214,00	-	1	1	-
KIMX34	CARMAX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	122,00	-	-	-	-
KIRC34	KROGER CO	DRN	232,00	232,00	233,52	232,76	233,52	-5,30+	120,00	-	2	42	-
KISG34	KEYSIGHT TEC	DRN	-	-	-	-	-	-	231,00	-	-	-	-
KISS34	KOHL'S CORP	DRN	135,30	135,30	135,30	135,30	135,30	-7,95+	65,00	313,66	1	100	-
KITC34	KT CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-	-
K2CG34	KINGSOFT CHL	DRN	3,18	2,96	3,21	2,98	2,96	-3,26+	1,62	3,30	10	755	-
K2RC34	KILROY REALT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	44,37	-	-	-
KEPL3	KEPLER WEBER	ON	19,10	18,73	19,74	19,31	19,41	1,94+	19,39	19,41	7.152	1.267.400	-
KHCB34	KRAFT HEINZ	DRN	53,35	52,69	53,64	53,42	52,69	0,15+	51,40	53,09	19	3.078	-
KLBN11	KLABIN S/A	UNT N2	20,35	19,54	20,44	19,86	19,74	-2,47+	19,73	19,74	16.206	4.608.800	-
KLBN3	KLABIN S/A	ON N2	4,04	3,90	4,05	3,95	3,92	-3,20+	3,92	3,93	1.682	542.700	-
KLBN4	KLABIN S/A	PN N2	4,08	3,92	4,09	3,98	3,95	-2,94+	3,95	3,96	3.706	2.262.100	-
KMBB34	KIMBERLY CL	DRN ED	-	-	-	-	-	-	365,00	-	-	-	-
KMIC34	KINDER MORG	DRN	94,59	92,99	94,59	93,79	92,99	0,11+	49,00	-	2	2	-
KMPR34	KEMPER CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	59,00	-	-	-	-
KRSA3	KORA SAUDE	ON NM	1,18	1,12	1,23	1,17	1,13	-4,23+	1,13	1,16	91	166.600	-
LIBT34	LIBERTY GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	80,00	130,00	-	-	-
LICA34	LABORATORY C	DRN	303,20	303,20	303,20	303,20	303,20	1,08+	149,00	-	1	4	-
LIDO34	LEIDOS HOLDI	DRN ED	55,14	55,14	55,14	55,14	55,14	=	-	-	1	12	-
LIEG34	LEGGETT PL	DRN ED	171,25	169,57	171,35	170,46	169,57	-2,17+	130,00	-	-	-	-
LIEN34	LENNAR CORP	DRN	474,32	474,32	475,30	474,40	475,30	-2,14+	200,00	-	2	11	-
LHX34	L3HARRIS TEC	DRN	-	-	-	-	-	-	154,00	-	-	-	-
LIIN34	LINDE PLC	DRN	437,57	437,57	437,57	437,57	437,57	2,22+	370,00	489,71	1	3	-
LIKQ34	LKQ CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	143,00	-	-	-	-
LI MN34	LUMEN TECH	DRN	28,78	28,00	28,78	28,21	28,05	-1,09+	26,00	30,00	5	44	-
LINC34	LINCOLN NATI	DRN	-	-	-	-	-	-	154,65	-	-	-	-
LOEQ34	LOEWS CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	157,00	-	-	-	-
LIUL34	LULULEMON AT	DRN	425,23	420,87	425,23	423,24	420,87	-0,63+	241,00	-	7	46	-
LI V34	LAS VEGAS SA	DRN	48,26	48,26	49,20	48,73	49,30	2,28+	-	-	6	600	-
LWH34	LAMB WESTON	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-	-
LYB34	LYONDELLBASE	DRN	214,13	214,13	214,13	214,13	214,13	1,66+	121,00	-	2	7	-
LYG34	LYDDYS BANKI	DRN	11,54	11,48	11,60	11,50	11,60	1,57+	11,00	12,50	3	13	-
LYV34	LIVE NATION	DRN	72,31	72,31	72,31	72,31	72,31	-6,62+	41,00	-	1	534	-
LZPL34	LPL FINCL HD	DRN	62,36	62,36	62,36	62,36	62,36	-16,70+	-	-	1	1	-
L2RN34	STRIDE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	-	-
LZSC34	LATTICE SEMI	DRN	-	-	-	-	-	-	29,00	-	-	-	-
LZSI34	LIFE STORAGE	DRN	-	-	-	-	-	-	33,79	-	-	-	-
LAND3	TERRASANTAPA	ON NM	27,50	27,01	27,70	27,33	27,38	-1,08+	27,09	27,38	168	38.800	-
LAVV3	LA VVI	ON NM	4,48	4,41	4,60	4,50	4,50	1,80+	4,50	4,52	3.137	1.215.800	-
LBDR34	LIBERTY BROA	DRN	-	-	-	-	-	-	17,00	-	-	-	-
LEVE3	METAL LEVE	ON NM	27,66	27,18	28,36	27,85	28,36	2,53+	28,00	28,37	1.220	166.500	-
LIGT3	LIGHT S/A	ON NM	4,57	4,46	4,63	4,51	4,49	-1,53+	4,49	4,50	5.946	3.699.500	-
LYL34	LILLY	DRN	63,99	62,83	64,00	63,16	62,83	-0,71+	62,50	67,00	18	4.134	-
LIPR3	ELETROPAR	ON	-	-	-	-	-	-	68,00	70,00	-	-	-
LQOQ3	QUERO-QUERO	ON NM	4,01	3,94	4,30	4,12	4,10	2,75+	4,09	4,10	8.757	5.536.700	-
LMTB34	LOCKHEED	DRN	-	-	-	-	-	-	1.899,42	-	-	-	-
LOGG3	LOG COM PROP	ON NM	14,75	14,65	15,43	15,04	15,07	3,85+	15,02	15,07	3.416	569.900	-
LOGN3	LOG-IN	ON NM	29,69	29,56	31,07	30,72	30,84	4,47+	30,84	31,06	788	112.100	-
LOWC34	LOWES COMPA	DRN	54,60	54,60	54,60	54,60	54,60	1,01+	52,00	72,00	1	19	-
LPSB3	LOPES BRASIL	ON NM	1,50	1,50	1,70	1,62	1,69	13,42+	1,68	1,69	860	662.100	-
LENR3	LOJAS RENNER	ON NM	19,58	19,52	20,60	20,20	20,38	4,83+	20,36	20,39	51.065	18.240.300	-
LUMX4	TRIVISA	PN	82,98	79,50	82,98	80,35	79,50	-0,50+	-	81,49	6	700	-
LVTI3	WDC NETWORKS	ON NM	5,52	5,40	5,73	5,55	5,63	2,36+	5,63	5,64	1.130	182.600	-
LWSA3	LOCAWEB	ON NM	6,80	6,73	7,39	7,06	7,10	5,18+	7,09	7,10	18.408	11.263.900	-
MI A34	MID-AMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	109,00	-	-	-	-
MIAS34	MASCO CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	120,00	-	-	-	-
MICB34	MOLSON COORS	DRN	-	-	-	-	-	-	141,00	-	-	-	-
MICH34	MICROCHIP TE	DRN	-	-	-	-	-	-	83,00	-	-	-	-
MICK34	MICKESSON COR	DRN	-	-	-	-	-	-	235,00	-	-	-	-
MIDB34	MONGOOD INC	DRN	53,53	50,61	53,53	50,85	50,61	-5,29+	42,30	-	4	43	-
MICM34	MGM RESORTS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	95,00	196,00	-	-	-
MICK34	MCCORMICK	DRN	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-	-
MIKT34	MARKETAXESS	DRN	-	-	-	-	-	-	28,50	-	-	-	-
MILC34	MELCO RESORT	DRN	29,03	29,03	29,03	29,03	29,03	-7,22+	10,00	-	2	440	-
MIMC34	MARSH E MCLE	DRN	-	-	-	-	-	-	219,00	-	-	-	-
MINS34	MONSTER BEVE	DRN	66,73	66,46	66,98	66,46	66,46	0,55+	54,23	-	5	4.335	-
MIP34	MARATHON PET	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	-	-	-	-
MIRN34	MODERNA INC	DRN	51,02	50,03	53,70	51,58	50,15	-1,64+	49,90	52,60	68	16.353	-
MIOH34	MARATHON OIL	DRN	-	-	-	-	-	-	131,29	161,00	-	-	-
MISC34	MSC INC	DRN	55,49	55,49	55,49	55,49	55,49	-1,75+	-	-	1	9	-
MI S34	MOTOROLA SOL	DRN ED	-	-	-	-	-	-	172,00	-	-	-	-
MITA34	META PLAT	DRN	22,62	21,57	22,62	21,86	21,57	-4,64+	21,56	21,89	1.598	261.554	-
MTB34	MT BANK CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	129,00	-	-	-	-
MITC34	MATCH GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	10,40	14,68	-	-	-
MITD34	METTLER-TOLE	DRN	-	-	-	-	-	-	350,00	-	-	-	-
MITT34	MARRIOTT INT	DRN	-	-	-	-	-	-	99,00	-	-	-	-
MUIF34	MITSUBISHI U	DRN	29,42	29,42	29,42	29,42	29,42	1,20+	23,05	29,99	1	19	-
M2PR34	MONOLI POWER	DRN	31,00	31,00	31,13	31,04	31,13	-1,51+	-	-	3	2.032	-



“Lô Borges – 50 anos de carreira”

Hoje e amanhã, às 20h30, o espetáculo “Lô Borges - 50 anos de carreira”, na Sala Minas Gerais (rua Tenente Brito Melo, 1.090, Barro Preto), celebra as cinco décadas de carreira do músico mineiro, que fundou, junto com Milton Nascimento, o Clube da Esquina, na década de 1970. Com patrocínio da Líder Aviação, o espetáculo apresenta Lô Borges, acompanhado do Grupo DoContra e da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, numa celebração que reúne as composições que ficaram famosas ao longo de toda a carreira do artista, com uma roupagem instrumental clássica. O Grupo DoContra, parte da nova geração da música instrumental brasileira, abre caminho para o registro de novas versões de clássicos de Lô Borges. Já a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, composta por cerca de 90 instrumentistas, traz toda a bagagem de quem é parte dos circuitos nacional e internacional da música clássica.

“Banquete de Vozes do Natal”

O Ars Nova - Coral da UFMG apresenta o seu já tradicional “Banquete de Vozes do Natal”. Entretanto, o público não deve esperar uma apresentação unicamente tradicional e erudita: o repertório conta com obras em sete idiomas, viajando da Renascença ao contemporâneo e passam pela música popular brasileira. “Muita gente pensa que não, mas a gente tem música brasileira para o Natal! E o Ars Nova vai mostrar isso”, afirma o maestro Lincoln Andrade, professor da Escola de Música da UFMG. “O repertório foi pensado em trazer uma diversidade maior de idiomas e de obras que representam o natal no mundo ocidental.” O coro, que reúne 22 cantores, já foi premiado nacionalmente e internacionalmente em seus 63 anos de existência. O “Banquete de Vozes do Natal” será apresentado hoje, às 19h30, no Museu Inimá de Paula (rua da Bahia, 1.201) e amanhã, às 19h30, na Igreja da Boa Viagem (rua Sergipe, 175).

Clássico de Fernando Sabino vira espetáculo

“Viramundo – Uma Ópera Contemporânea” é um espetáculo com cinco breves óperas inspiradas no livro “O Grande Mentecapto”, de Fernando Sabino (1923-2004), lançado em 1979 e tido como um dos grandes romances da literatura nacional. Com Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Coral Lírico de Minas Gerais e solistas convidados, as apresentações ocorrerão hoje e amanhã, às 20h, no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes. Os ingressos custam de R\$ 25,00 (meia) a R\$ 50,00 (inteira) e estão à venda no [site www.eventim.com.br](http://www.eventim.com.br) ou presencialmente, pela bilheteria do Palácio das Artes.

O espetáculo reúne cinco breves óperas, com cinco histórias independentes, com começo, meio e fim, cada uma dentro de seu universo artístico, com cerca de dez minutos de duração, formando um só programa operístico com narração e sem intervalo – apenas breves respiros entre uma obra e outra para troca de figurinos.

As obras tratam de diferentes temas, seja por meio do circo-teatro, como um acontecimento carnavalesco, ou utilizando-se do humor para chegar ao trágico. A partir da obra de Sabino, são pontuadas metáforas de todas as ordens e o ponto que une todos os libretos é a literatura mineira e a mineiridade. Um espetáculo com sotaques de Minas Gerais, com citações à cultura do Estado, mas de forma universal.

O espetáculo contempla tanto as pessoas ávidas por novidades, por propostas contemporâneas e por uma discussão atual sobre o mercado de ópera, quanto o público tradicional, amante de voz. “Nessa montagem, nós mantivemos os princípios tradicionais da ópera, ou seja, Orquestra Sinfônica no fosso, Coral Lírico no palco, as melhores vozes líricas de Minas e do Brasil. Então, o público tradicional que gosta dessa mistura de teatro e música, de vozes líricas, também será contemplado, a partir de uma grande homenagem à mineiridade”, comenta o maestro Gabriel Rhein-Schirato.

O livro que serviu de base para a livre criação dos libretos e das composições, O Grande Mentecapto, do escritor mineiro Fernando Sabino, narra as peripécias de Geraldo Boaventura, vulgo Viramundo, em suas an-



PAULO LACERDA

“O público tradicional, que gosta dessa mistura de teatro e música, de vozes líricas, também será contemplado, a partir de uma grande homenagem à mineiridade”

danças pelas Minas Gerais. A obra de Sabino traz um olhar cômico às aventuras e desventuras desse ‘Dom Quixote’ mineiro que, desde a infância, precisou se virar para sobreviver. Para Bernardo Sabino, filho do escritor, o livro tem aspectos biográficos da vida de Fernando e destaca “meu pai incorporou à obra algumas situações que ele próprio enfrentou e entendo que o personagem criado por ele foi para ironizar certas hipocrisias da sociedade”. E completa: “Viramundo é um ser puro, mas não ingênuo e muito menos burro”.

“Viramundo – Uma Ópera Contemporânea” é uma obra viva que dialoga, claro, com questões da atualidade. Um espetáculo diverso, com cinco breves óperas formando uma mesma apresentação. A diretora Rita Clemente considera todos os elementos como vocabulários (libretos, composições musicais, cenários, figurinos, ações humanas, coreografias...), articulados em busca de um discurso cênico aberto, com a gênese cultural das Minas Gerais expressa pela obra do escritor Fernando Sabino, mas com uma abordagem que transcende os regionalismos.

Segundo Rita Clemente, os autores das obras perpassam por situações muito parecidas, cada um ao seu estilo, à obra de Fernando Sabino. As óperas

estão conectadas umas às outras, partindo de um mesmo ponto e de livre criação e inspiração. “Os autores tocam em questões importantes a serem discutidas, como a própria temática central do livro ‘O Grande Mentecapto’, que aborda a história desse sujeito malvisto pela sociedade. Isso está presente em todas as cinco óperas, cada uma à sua maneira. É a partir desta temática que cada obra se revela. O tratamento diferenciado está na narrativa das obras, com estéticas, gêneros e abordagens diferentes. É essa narrativa que traduz a diferença”, afirma Rita Clemente.

Repertório musical - A proposta do espetáculo é também dar um panorama de diferentes tendências musicais para a ópera contemporânea. São cinco compositores, de formações musicais diferentes, convidados para trabalhar no Ateliê. Viramundo – Uma Ópera Contemporânea é um pequeno painel com diferentes estéticas.

Com proposta livre de criação, cada compositor definiu a formação musical de sua obra e o resultado sonoro do conjunto é o destaque do programa. Presença de oito integrantes do Coral Lírico de Minas Gerais, entre soprano, mezzo soprano, tenor, contralto, barítono e baixo, na interpretação de mais de um personagem e mesclando os estilos de canto coral. O elenco musical fica completo com os solistas convidados, entre cantores de Minas Gerais e de outros estados, como os tenores Flávio Leite, Giovanni Tristacci e Lucas Damasceno, e o baixo Stephen Bronk, que estão entre os mais atuantes e versáteis cantores líricos atuando no Brasil e das sopranos Annelise Cavalcanti, Daiana Melo e Sylvia Klein, entre outras.

“Fábulas a la Chagall”

Um dos destaques da programação de dezembro do CCBB Educativo é o espetáculo “Fábulas a la Chagall”, que reúne elementos teatrais, fantasias e muita música no Centro Cultural Banco do Brasil em Belo Horizonte (CCBB BH). Nele, a trupe educativa narra as fábulas “A água e o escaravelho”, “O rato caseiro e o rústico” e “A galinha e a raposa”, de autoria do poeta francês La Fontaine - histórias que também são retratadas em uma coleção de gravuras na exposição “Marc Chagall: Sonho de Amor”. O espetáculo gratuito será encenado até 30 de dezembro, aos sábados e domingos, às 14h e 16h com apresentações extras a partir de hoje e até o próximo dia 30 (quarta, quinta e sexta), às 14h e 16h. Já nos dias 24, 25 e 31 de dezembro, a atividade não será realizada devido ao recesso do CCBB BH nessas datas.

Filme gravado em Belo Horizonte

“Comadres”, filme gravado em Belo Horizonte, estreia na Globo na véspera de Natal com um conteúdo regional - leve, inspirador e emocionante - para aproximar as famílias. Na comédia, as atrizes mineiras Magdale Alves e Rita Clemente - Guiomar e Terezinha, respectivamente - dão vida à história das vizinhas, separadas por um muro, que vivem em pé de guerra. “Comadres” estreia no próximo sábado (24), na TV Globo, depois do “Rolê nas Gerais”. O filme, que se passa numa cidadezinha fictícia do interior, foi gravado em Belo Horizonte, na Vila da Infraero próxima ao aeroporto da Pampulha. As casas, a praça e o próprio aeroporto (que no filme é a rodoviária da cidade) foram transformados para as gravações. Além do bom humor, a história traz temas importantes como reconciliação, sororidade e protagonismo feminino e conta com uma equipe técnica e o elenco escolhidos a dedo para garantir um time nascido ou criado em Minas Gerais, ou com forte conexão com o Estado.

Protagonismo do queijo

O modo de fazer o queijo mineiro pode se tornar patrimônio imaterial da humanidade, pela Unesco, e uma das pessoas que tem difundido esse bem de Minas Gerais é o jornalista Eduardo Girão. Ele trabalhou quase 20 anos escrevendo sobre cultura e gastronomia até se tornar um dos maiores especialistas em queijo do país. Conhecedor de rotas e sabores, Girão promoveu uma revolução na forma de consumo, valorizando o produtor rural. O programa “Palavra Cruzada”, da Rede Minas, traz entrevista com o jornalista para falar sobre o protagonismo do queijo não só na mesa do mineiro, mas na vida do Girão. Apresentado por Daniela Murad, o programa ainda conta com a participação do jornalista Daniel Camargos. A atração vai ao ar hoje, às 20h. O público confere a atração pela Rede Minas, no [site redeminas.tv](http://site.redeminas.tv) e na plataforma de streaming EMCplay

Cia Juntaostrem apresenta peça-áudio-interativa

A Cia Juntaostrem apresenta o espetáculo “Ô de casa! - uma peça-áudio-interativa», realizada para as sessões são gratuitos e a classificação é livre.

A peça, que tem a proposta de acessibilidade e tem como objetivo aguçar os sentidos, é também para o público que não possui deficiência, que receberá vendas para que temporariamente privados do sentido da visão, possa experimentar de forma mais intensa os elementos presentes na obra áudio-interativa ligados aos demais sentidos. O espetáculo será apresentado

hoje, às 19h, na Funarte (rua Januária, 68, Centro). Os ingressos para as sessões são gratuitos e a classificação é livre.

“Ô de casa! uma peça-audio-interativa” é o recorte de um dia na vida do povo da roça, em plena pandemia de coronavírus: a angústia de esperar, a ansiedade pelo fim dos tempos sombrios, tudo retratado no universo da mineiridade. O espetáculo é composto pela relação entre a dramaturgia afísicos e sensoriais (olfato, tato e paladar) em conjunto com os elementos do cenário, sons e aromas oriundos de alimentos e flores. A dramaturgia traz à baila as angústias oriundas daquele período, o relacionando com a nova realidade vivida por uma parte da população, que é público alvo do espetáculo: deficientes

visuais e idosos moradores de casas de apoio.

A peça é uma criação da Cia Juntaostrem, resultado de pesquisa sobre como a pandemia afetou a vida de cada um, mas com linguagem contextualizada nesse cenário da mineiridade e particularidades da tão rica cultura típica do interior de Minas Gerais, gerando proximidade com o público e imprimindo leveza a um tema tão carregado.

A concepção da peça contou com orientações cênicas de Dayse Belico, reconhecida atriz, produtora, diretora e atualmente Técnica de Nível Superior em Artes Cênicas do Centro de Referência da Pessoa Idosa (CRPI). A produção passou também pela mentoria de Luciane Kattaoui, Coordenadora Executiva do Crepúsculo - organização social